



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial

ORÇAMENTO da Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA 2018





PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	5
C) Economia Regional	7
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Administração Regional	16
B) Fundos e Serviços Autónomos	20
C) Administração Local	22
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	32
B) Orçamento da Despesa	36
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	43
D) Orçamento Consolidado do Sector Público	47
Administrativo	
V - Transferências para a Administração Local	49
VI – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	50
B) Avals	52
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	55

Anexo I – Desenvolvimento das despesas constantes do Mapa IV



I – INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º 79/98 de 24 de novembro, na redação conferida pelas Leis n.º 62/2008, de 31 de outubro e n.º 115/2015, de 28 de agosto, e da demais legislação, o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2018.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018, foi preparado tendo em consideração a Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas e a Proposta do Orçamento do Estado para 2018.

A presente proposta tem como objetivo dar continuidade à dinamização da economia e ao reforço da justiça social. Nesse sentido, devem ser reforçadas as condições que permitam a todos os sectores de atividade, e em última análise, à Região, um crescimento socioeconómico sustentável. Para tal, e em linha com o desenvolvimento das políticas sectoriais do Governo, propõem-se um investimento público direto de 502,9 milhões de euros, por um lado, e a prossecução do reforço da progressividade fiscal e consequente elevação do rendimento disponível de muitas famílias, por outro.

O Governo Regional, tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico da Região, manterá, portanto, como objetivos estratégicos, a par da consolidação das finanças públicas regionais, o crescimento económico e o desenvolvimento do tecido empresarial regional: continuar-se-á a apostar fortemente no plano de investimentos e no aumento da competitividade das empresas, assegurando-se, para o efeito, a todos os agentes económicos, a estabilidade e a confiança necessárias ao incremento dos seus investimentos.

A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.503,6 milhões de euros, dos quais 211,7 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

Prevê-se que as despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional atinjam os 788,9 milhões de euros, sendo financiadas quase integralmente pelas receitas próprias que se estimam em 734,0 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 93,0%.



A presente proposta de Orçamento para 2018 é, assim, no entender do Governo dos Açores, um instrumento adequado para dar continuidade ao desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial vem revelando uma certa recuperação da crise internacional profunda financeira e económica, traduzindo-se em volumes de produção agregada anual que, apesar de sinais de aceleração com revisões em alta das previsões mais recentes, continuam a registar variações e níveis médios inferiores aos do período anterior à já conhecida por Grande Recessão em 2008/2009.

Este ritmo de recuperação da crise corresponde a um resultado médio da agregação de dados das economias de países e zonas económicas com intensidades e perspectivas de crescimento diversas.

Depois de se encontrar em fase de recuperação confirmada pela trajetória de crescimento, projeta-se que a economia dos EUA se sustente nas despesas de consumo e investimento empresarial, mantendo-se relativamente forte o ritmo de criação de emprego, mas sem impulsionar dramaticamente os salários, por via da reentrada de mão de obra no mercado.

No Japão o crescimento decorre da progressão em exportações líquidas essencialmente para os mercados asiáticos e também por níveis de investimento público e outras medidas, incentivadoras, mantendo-se a expansão da base monetária até que a taxa de inflação observada exceda o objetivo.

Na Área do Euro o crescimento PIB beneficiou de um impulso do consumo, associado à evolução favorável do rendimento real disponível das famílias, num contexto de crescimento do emprego. De facto, a atual recuperação do ciclo económico é mais baseada na procura interna, com o sector de serviços a assumir maior preponderância. Esta recuperação é também mais generalizada em termos de países, destacando-se a evolução positiva em Espanha. Os preços ao consumidor na zona do euro têm-se mantido estáveis e a níveis relativamente baixos, particularmente quando são neutralizados os efeitos dos preços de energia e de bens alimentares. Este fenómeno é extensível à generalidade dos países da área do euro.

No Reino Unido as projeções apontam para um ritmo de crescimento do produto em desaceleração. Embora a taxa de desemprego tenha vindo a diminuir, registam-se crescimentos muito fracos da produtividade e dos salários. A depreciação da Libra concorreu para uma melhor competitividade das exportações, mas está a ter impacto na inflação e no poder de compra.



Na China projeta-se uma atividade intensa, beneficiando de estímulos da política económica, nomeadamente através da intensificação do investimento que, por outro lado, implica aumento de riscos associáveis ao nível elevado de financiamento e à acumulação de dívida.

Na Rússia a saída de uma situação de recessão com preços de petróleo mais elevados e baixas taxas de juro poder-se-á manter perspectivas favoráveis de evolução na linha de retoma que se vem revelando.

Em diversos países na América Latina, nomeadamente no Brasil, os resultados económicos têm sido fracos, dependendo uma recuperação mais moderada da confiança dos agentes económicos face à situação política e económica.

Crescimento do Produto Interno Bruto
Taxa de variação anual em percentagem

	2016	2017 (projeção)	2018 (projeção)
Economia mundial	3,1	3,5	3,7
EUA	1,5	2,1	2,4
Japão	1,0	1,6	1,2
Área do euro	1,8	2,1	1,9
Alemanha	1,9	2,2	2,1
França	1,1	1,7	1,6
Itália	1,0	1,4	1,2
Reino Unido	1,8	1,6	1,0
Índia	7,1	6,7	7,2
Brasil	-3,6	0,6	1,6
China	6,7	6,8	6,6
Rússia	-0,2	2,0	2,1

Fonte: OCDE Interim Outlook, setembro 2017.



B) ECONOMIA PORTUGUESA

O crescimento da economia portuguesa tem-se situado a ritmos moderados, nomeadamente em termos da necessidade de atingir volumes de produção que permitam a libertação de excedentes de riqueza para poupança/investimento e de relativização da dívida. Entretanto os dados mais recentes sobre evolução intra-anual apontam no sentido de alguma aceleração de crescimento, com sucessivas revisões em alta e traduzindo dinamismo de exportações e investimento.

O crescimento encontra-se associado à evolução de componentes da procura interna, mas com trocas comerciais a crescerem a ritmos interessantes com pontuais ganhos de quotas de mercado.

O consumo privado continua a representar cerca de 2/3 do total agregado da procura interna, orientando-se principalmente para bens e serviços de consumo mais imediato, mas também abrangendo a aquisição de bens duradouros.

O consumo público apresenta um crescimento mais contido, que se situa na linha de controlo de despesas que vem perseguindo.

A redução de investimento decorreu de uma quebra no ramo de construção, tendo os ramos de máquinas e equipamentos prosseguido com variações de sinal positivo. Dados mais recentes apontam no sentido de recuperação global de investimento, incluindo uma certa aceleração na componente de construção.

Os elementos disponíveis sobre importações apontam no sentido de que a sua composição tem sido mais orientada para bens de capital do que para os de consumo. Sendo assim, é admissível que numa primeira fase os acréscimos de importações estejam a incidir em máquinas e investimentos industriais com efeitos diretos em termos de défice, mas, depois, mais a médio prazo, comecem a gerar valor acrescentado num ciclo virtuoso com mais exportações e emprego.

O acréscimo da população empregada fica a dever-se, fundamentalmente, à evolução dos empregos em segmentos populacionais como o de pessoas com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário ou pós-secundário, o de trabalhadores por conta de outrem na forma de contrato sem termo e, também, o de empregados a tempo completo.

Para este tipo de evolução contribuem particularmente os ramos de atividade e regiões associáveis ao turismo, onde se evidencia o caso do Algarve com um acréscimo de população empregada a um ritmo significativamente superior à média.



Os preços no consumidor vêm registando alguma aceleração de crescimento, ao mesmo tempo que se aproximam dos níveis médios da Área do Euro. O crescimento volta a ser mais elevado nos serviços do que nos bens, destacando-se o contributo da classe de restaurantes e hotéis.

O défice das Administrações Públicas supera as metas estabelecidas no âmbito da política orçamental e, também, satisfaz a condição estabelecida no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) em termos do limiar de referência de 3%.

O controle e evolução da dívida pública é essencial para a melhoria da perceção e notação do risco da República, visando uma melhoria das condições de financiamento da economia. Neste contexto insere-se a estratégia de gerar excedentes primários através de contributos do crescimento económico que compensem e previnam eventuais efeitos desfavoráveis de encargos com juros.

Indicadores para a Economia Portuguesa
Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,6	1,4
Procura interna total	-5,7	-7,3	-2,0	2,2	2,5	1,5
Consumo privado	-3,6	-5,5	-1,2	2,3	2,6	2,3
Consumo público	-3,8	-3,3	-2,0	-0,5	0,8	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	-14,0	-18,1	-5,1	5,1	4,6	-0,9
Importações	-5,8	-6,3	4,7	7,8	8,2	4,4
Exportações	7,0	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4
Emprego e desemprego (Inquérito ao Emprego)						
Emprego	-1,9	-4,1	-2,6	1,6	1,1	1,2
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	12,7	15,5	16,2	13,9	13,2	11,1
IHPC	3,6	2,8	0,4	-0,2	0,5	0,6
Finanças públicas (% do PIB)						
Saldo global das administrações	-7,4	-5,7	-4,8	-7,2	-4,5	-2,0
Dívida pública consolidada (ótica Maastricht)	111,1	126,2	129,0	130,6	129,0	130,4

Fontes: INE, Destaque, 1 de março de 2017 e 14 de agosto 2017, PIB – Dados definitivos, excetuando-se preliminares em 2015 e 2016.

INE, Destaque, 8 de fevereiro 2017 e 9 de agosto 2017, Emprego.

INE, Destaque, 11 de janeiro de 2017 e 10 de agosto de 2017, IPC.

CFP, Análise do Programa Estabilidade 2017-2021, maio de 2017.



C – Economia Regional

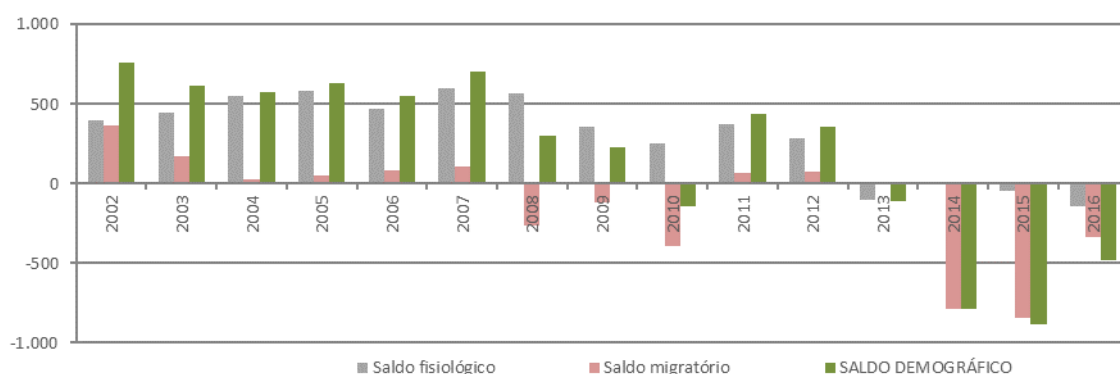
Aspetos demográficos

Em 2016, a população residente na Região Autónoma dos Açores terá correspondido a um total de 245 283 pessoas, conforme estimativa editada pelo INE.

Este total representa um decréscimo de 0,2% em relação ao ano anterior e resulta de saldos demográficos (fisiológico e migratório) negativos, conforme é possível observar no gráfico abaixo sobre decomposição da evolução da população.

Entretanto, assinala-se, uma certa recuperação derivada das variações terem sido muito menos acentuadas do que nos dois anos anteriores.

Decomposição da Evolução da População



Os movimentos migratórios poderão refletir fatores sociais com alguma proximidade a condições de conjuntura, nomeadamente as melhorias tendenciais do mercado de trabalho, justificando assim a diminuição do saldo migratório observado.

Já os movimentos fisiológicos revelam uma certa tendência generalizada no contexto nacional, com a natalidade a decrescer e a reduzir a sua margem face aos níveis de mortalidade, dando origem a saldos com registos negativos em anos mais recentes.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nados vivos ...	2 847	2 836	2 786	2 719	2 748	2 488	2 341	2 316	2 258	2 263
Óbitos	2 250	2 274	2 433	2 466	2 375	2 204	2 443	2 316	2 304	2 408

Fonte: INE, SREA.



Com efeito, esta tendência de redução da natalidade tem vindo a aproximar-se, mas ainda não chegou a descer ao nível observado no contexto do país. Efetivamente, em 2016, as taxas brutas de natalidade nos Açores e no país foram de 9,2 ‰ e 8,3‰, respetivamente.

A estrutura etária da população volta a mostrar uma redução de representatividade do grupo de população jovem face aos outros dois grandes grupos etários de residentes na RAA, particularmente face ao da população em idade de reforma.

Estrutura Etária da População

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
População com menos 15 anos	18,8	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2	16,8	16,4	16,2
População dos 15-64 anos	68,8	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8	69,9	70,0	70,0
População com mais de 64 anos.....	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0	13,2	13,5	13,8

Fonte: INE.

Durante o ano de 2016 realizaram-se 922 casamentos, o que representa um novo acréscimo em relação ao ano anterior. Esta evolução evidencia-se em relação ao registado em anos anteriores, nomeadamente entre 2011 e 2014 com uma sucessão de decréscimos.

A Produção interna

O último dado disponível relativo ao valor preliminar de 3 785 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2015, representou um crescimento nominal à taxa média anual de 2,1% e real à de 1,7%, sendo superior à registada a nível nacional.

Esta evolução anual sucede-se à de um crescimento económico na Região, que foi praticamente coincidente a nível do país, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.

Globalmente, a produção económica a nível regional tem vindo a assegurar o posicionamento da Região Autónoma dos Açores no contexto do país.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores	País	PIB per capita (mil euros)
2012	3 610	168 398	14,6
2013	3 663	170 269	14,8
2014	3 706	173 079	15,0
2015Pe	3 785	179 540	15,4

Pe = Resultados preliminares.

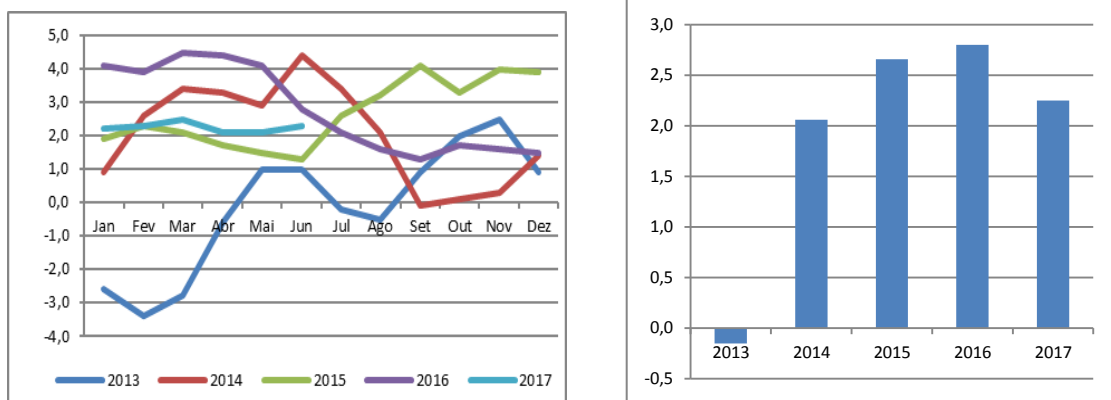


Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).

Para a evolução posterior aos valores preliminares do PIB para 2015 editados pelo INE, são conhecidos dados do Indicador de Atividade Económica que apontam no sentido de um crescimento global durante o ano de 2016.

Efetivamente, apesar de alguma variabilidade dos dados mensais o valor médio anual acabou por situar-se a um nível superior ao do ano anterior.

Indicador de Atividade Económica (IAE)



O Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional, a preços correntes, atingiu o valor de 3 301,3 milhões de euros em 2015, prosseguindo numa linha de crescimento, cuja trajetória aponta no sentido da retoma económica após a declarada fase recessiva, com variações anuais negativas nos anos de 2011 e de 2012.

Para o registo de crescimento do VAB destaca-se o contributo do ramo de Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade e pelos efeitos decorrentes da sua representatividade no âmbito das atividades económicas em geral.

Os ramos de Agricultura e Pescas mais o de Indústrias, Água e Saneamento, grosso modo e em termos mais práticos, das atividades agroindustriais e transformadoras, mantiveram o seu peso no âmbito da produção na região, representando conjuntamente 18,4% do total do VAB em 2015, exatamente o mesmo valor do ano anterior.

O ramo da construção voltou a decrescer, a uma intensidade mais contida, é certo, mas ainda negativa, à taxa média anual de -1,2%. Ao contrário, o ramo do imobiliário, que abrange aluguer, gestão e atividades de agentes para avaliação e comércio de bens imobiliários, continuou a crescer dentro de uma linha de regularidade bem definida.



VAB por Ramos de Atividades Económicas

Preços Correntes Unid.: 106 euros

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2012	3 159,1	297,9	271,1	154,5	779,1	60,2	109,6	393,0	108,9	880,4	104,0
2013	3 221,7	299,7	291,0	131,5	782,3	54,7	87,9	419,6	111,4	937,9	105,6
2014	3 240,8	317,8	277,1	123,0	763,1	54,2	97,2	429,5	114,2	955,1	109,6
2015Pe	3 301,3	315,4	291,3	121,5	793,3	55,6	103,7	433,0	117,0	956,8	113,8

Pe: Resultados preliminares.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Mercado de trabalho

Numa análise dinâmica, em termos anuais, observa-se que o total de 107.345 pessoas empregadas em 2016 integra um acréscimo de 630 elementos ao longo desse ano, representando uma taxa média de 0,6% em relação ao ano anterior.

Esta evolução contribuiu para a dimensão global do nível de atividade, mas foi mais expressiva em termos da atividade feminina. De facto, a taxa de atividade feminina de 44,2% em 2016 insere-se na lógica de progressão que vem registando, enquanto a taxa global de atividade basicamente se mantém na ordem de grandeza de 49% que, também, vem registando nos últimos anos.

O total de 13 452 desempregados corresponde à diminuição de 2 148 elementos, representando-se numa taxa média anual de desemprego menor do que a do ano anterior.

Tomando os apuramentos intra-anuais já conhecidos do corrente ano de 2017, pode-se constatar que mantém-se a tendência de acréscimo de atividade da população dos Açores, destacando-se, porém, não só a capacidade da economia de absorver esse aumento de ativos no mercado de trabalho, como também reduzir, em termos absolutos, o número de ativos sem ocupação.



Condição da População Perante o Trabalho

	2012	2013	2014	2015	2016		Nº Indivíduos 2017 – 2º trim
População total	249 463	246 352	247 535	247 358	244 785		244 689
População Ativa	120 640	119 838	121 583	122 315	120 797		121 766
Empregada	102 221	99 459	101 768	106 715	107 345		109 551
Desempregada	18 419	20 380	19 815	15 600	13 452		12 215
Tx. de Atividade (%)	48,9	48,6	49,1	49,4	49,3		49,8
Tx. de Atividade Feminina (%)	40,5	41,6	43,1	43,4	44,2		44,2
Tx. de Desemprego (%)	15,3	17,0	16,3	12,8	11,1		10,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A evolução da população empregada ocorreu no âmbito do crescimento no sector terciário e em contraposição ao sector primário.

O sector primário passou a representar apenas 9,6% do total do emprego, correspondendo a um volume na casa de 10 mil indivíduos.

O sector secundário continuou a situar-se ao nível de 15% do emprego total, correspondendo a um volume na casa de 16 mil indivíduos.

O sector terciário atingiu uma representatividade de cerca de 75% do total, voltando a incorporar a evolução de serviços com crescimento moderado e regular, mas beneficiando principalmente de impulsos em atividades de ordem mais comercial.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	2012	2013	2014	2015	2016	%
Sector Primário	14,3	12,9	12,7	11,4	9,6	
Sector Secundário	15,9	14,5	15,5	15,5	15,3	
Sector Terciário	69,8	72,6	71,8	73,1	75,1	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

* Nova série.

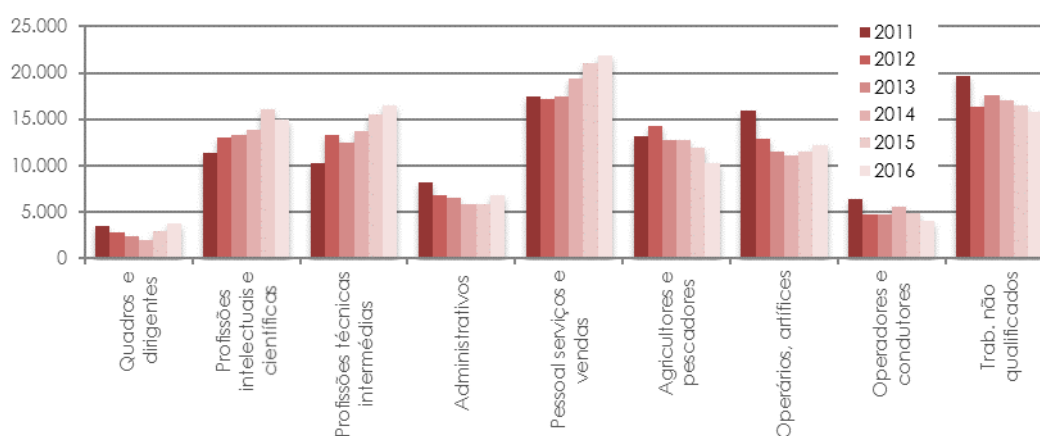
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.



Em termos de população ativa empregada segundo a profissão observa-se algum paralelismo com a descrição segundo os sectores feita anteriormente.

Crescimentos em atividades do terciário, como as de pessoal de serviços e vendas, reduções em atividades do primário, como as de profissões de agricultores e pescadores, enquanto em atividades do secundário se verificou maior equilíbrio entre variações de diversas categorias, como decréscimos em trabalhadores não qualificados e, por outro lado, sinais de acréscimos em operários e artífices.

População Ativa Empregada, por Profissão



Preços no consumidor

A variação de preços no consumidor, à taxa média anual de 1,2% em 2016, representa uma certa aceleração em relação ao ano anterior, que se situou em 1,0%.

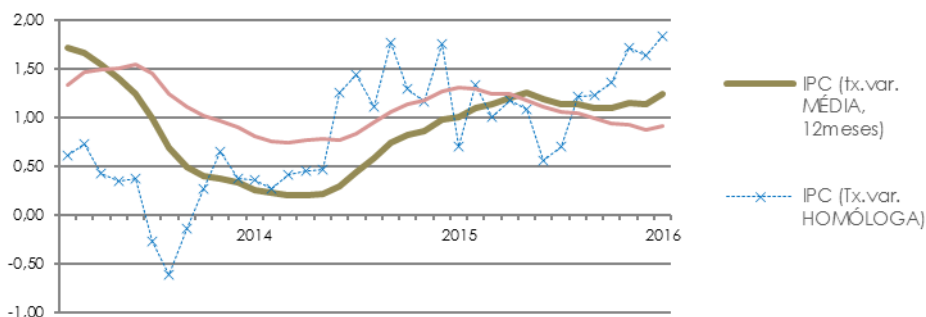
A variação mensal em dezembro de 2016 à taxa de 1,8%, também representa uma aceleração face ao mês homólogo do ano anterior, que registou a taxa mensal de 0,7%.

Sendo assim, a evolução dos preços no consumidor em 2016 registou um crescimento com amplitude ainda moderada, mas integrando-se na linha de inversão de tendência já indiciado no ano anterior.

O indicador de inflação subjacente, excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, deixou de revelar o efeito de redução do nível geral de preços que vinha evidenciando antes de 2016.



Evolução intra-anual do IPC, base 2012
(taxas de variação, %)



Na distribuição segundo as classes de despesas, a de Bebidas Alcoólicas e Tabaco registou a maior variação de preços, de 4,4%. Todavia, o seu contributo para a evolução geral foi de apenas 0,2%, enquanto a classe de Alimentares e Bebidas não Alcoólicas atingiu um contributo de 0,5% devido à elevada ponderação (27,6%) no cabaz de compras que serve de base ao cálculo do índice de preços no consumidor.

Já a classe de Vestuário e Calçado exerceu o maior efeito moderador para a evolução geral dos preços, não só por via da variação de preços, como pela contribuição decorrente da ponderação que ocupa no cabaz de compras.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa, em 2016

Classes	Variação de preços	Ponderadores (peso)	Unidade: %
			Contribuição
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	1,7	27,6	0,5
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	4,4	5,2	0,2
3. Vestuário e Calçado	-2,3	6,1	-0,1
4. Habitação., Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis	1,2	8,4	0,1
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	2,0	5,9	0,1
6. Saúde	0,4	8,6	0,0
7. Transportes	-1,1	13,7	-0,1
8. Comunicações	2,9	4,7	0,1
9. Lazer, Recreação e Cultura	2,4	4,5	0,1
10. Educação	1,3	0,9	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	1,5	6,3	0,1
12. Bens e Serviços Diversos	2,0	8,1	0,2
Total	1,2	100,0	1,2

Fonte: SREA.



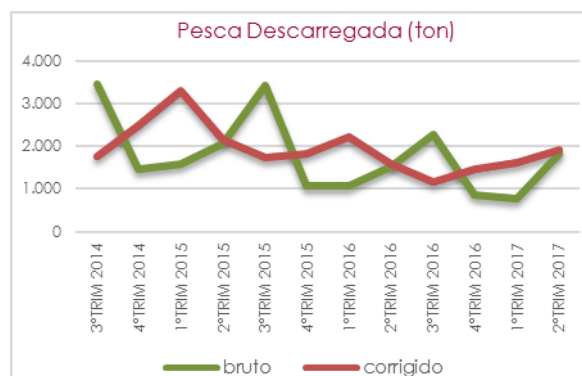
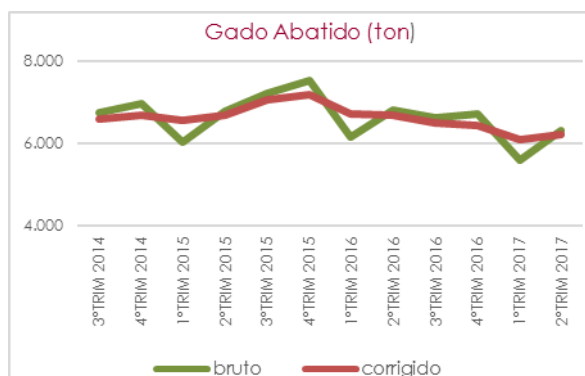
Indicadores de atividade económica

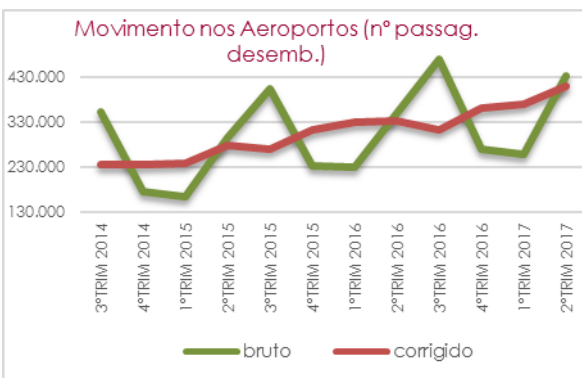
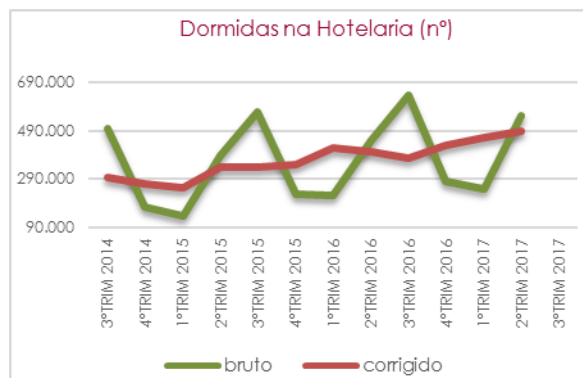
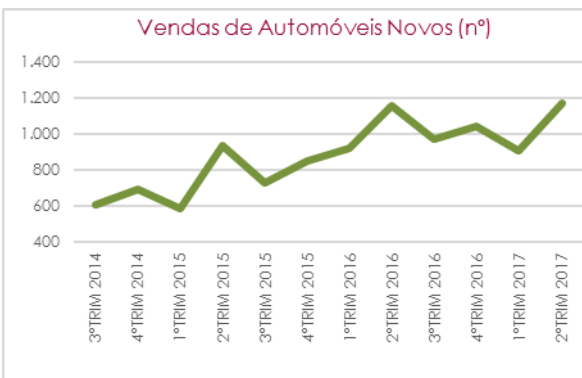
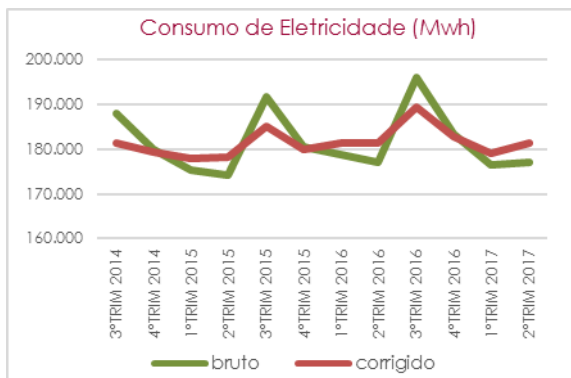
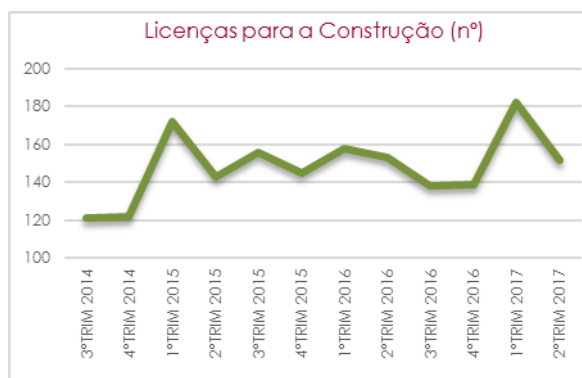
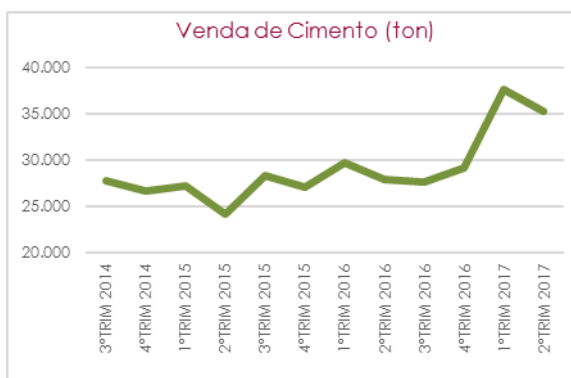
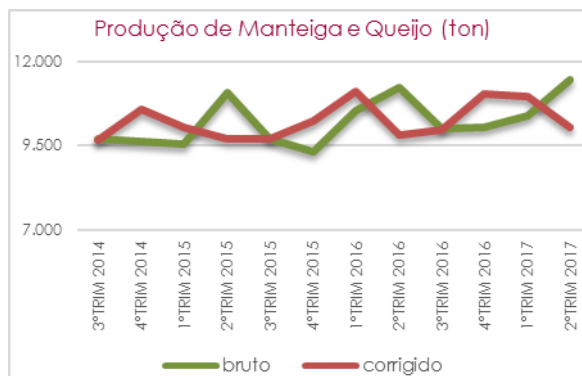
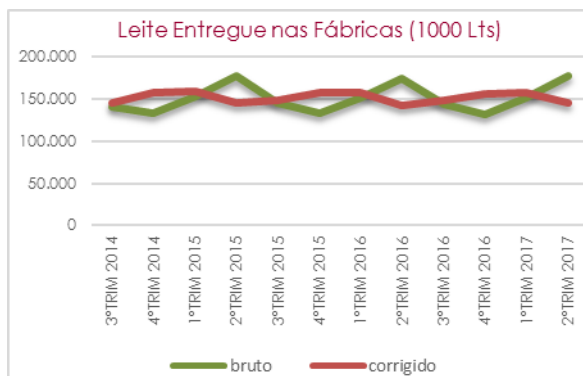
Tomando alguns indicadores simples representativos de atividade económica na Região e, quando aplicável, retirando as flutuações derivadas do fator de sazonalidade em algumas produções, observa-se em termos gerais que no período mais recente há de facto uma consolidação, e em alguns casos uma aceleração, da evolução da conjuntura, após um período relativamente longo com efeitos da crise que atravessou de forma transversal as economias nacionais e, naturalmente, as regionais.

Os sinais mais evidentes da recuperação e de um caminho de crescimento vem dos indicadores ligados à atividade turística, com uma evolução muito forte, arrastando também indicadores relativos à movimentação de passageiros nos aeroportos e aeródromos regionais e também, de forma mais lateral, no comércio automóvel, face à procura das empresas de renda Car na renovação e ampliação das respetivas frotas.

Outra linha de evolução positiva é observada em termos de indicadores mais ligados a investimento, como seja o consumo de investimento e licenciamento na construção, afastando cenários anteriores de quebras contínuas, trimestre após trimestre.

No que concerne à produção mais tradicional de sublinhar a situação das pescas. Sendo um setor onde grande parte do segmento do produto, peixe descarregado nas lotas, é sujeito às leis da oferta e procura do mercado, em termos de quantidades, de facto, o volume de peixe é menor, todavia, mercê dos preços formados no mercado, o rendimento retirado da produção compensa.







III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Administração Regional

Receita

A 30 de setembro de 2017, os serviços e organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional, excluindo ativos e passivos financeiros, atingiram uma receita efetiva de 869,2 milhões de euros, da qual, 730,8 milhões de euros de receita corrente e 138,3 milhões de euros de receita de capital.

	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
RECEITA CORRENTE	624.233.511,66	127.744.214,57	209.097.168,76	730.831.236,85
Impostos diretos	142.093.470,15	0,00	10.831,59	142.104.301,74
Dos quais:				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)	107.260.155,83	0,00	0,00	107.260.155,83
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRC)	34.828.521,24	0,00	10.831,59	34.839.352,83
Impostos indiretos	323.209.646,16	0,00	15.852,29	323.225.498,45
Dos quais:				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	213.387.239,67	0,00	15.852,29	213.403.091,96
Contribuições para a segurança Social	7.352.040,40	0,00	0,00	7.352.040,40
Taxas Multas e Outras Penalidades	6.030.731,71	8.630.879,49	682.894,69	15.344.505,89
Rendimentos de Propriedade	9.040.792,52	2.055,33	32.829,11	9.075.676,96
Transferências Correntes	134.435.675,02	110.617.591,81	191.588.991,43	206.398.600,12
Administração Central - Estado	134.180.297,28	208.307,14	841.252,22	135.229.856,64
Outros setores das AP	255.377,74	78.928.880,75	157.889.718,98	6.830.319,33
Resto do Mundo	0,00	30.442.238,37	2.510.268,50	32.952.506,87
Outras Transferências	0,00	1.038.165,55	30.347.751,73	31.385.917,28
Venda de Bens e Serviços Correntes	899.786,28	4.394.799,37	16.696.092,65	21.990.678,30
Reposições não abatidas nos pagamentos	723.339,33	940.679,20	139,00	1.664.157,53
Outras receitas correntes	448.030,09	3.158.209,37	69.538,00	3.675.777,46
RECEITA DE CAPITAL	120.024.276,62	27.623.037,17	28.807.413,27	138.327.736,37
Venda de bens de investimento	1.422.401,16	0,00	0,00	1.422.401,16
Transferências de Capital	118.510.184,69	27.623.037,17	28.297.864,60	136.304.095,77
Administração Central - Estado	53.672.118,75	0,00	0,00	53.672.118,75
Outros setores das AP	0,00	26.714.378,61	21.901.772,90	10.489.160,82
Resto do Mundo	64.838.065,94	908.658,56	6.345.851,70	72.092.576,20
Outras Transferências	0,00	0,00	50.240,00	50.240,00
Outras Receitas de Capital	91.690,77	0,00	509.548,67	601.239,44
RECEITA EFETIVA	744.257.788,28	155.367.251,74	237.904.582,03	869.158.973,22

A desagregação da receita do setor público administrativo, por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, consta do quadro a seguir apresentado.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

	Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	860.784.063,00	624.233.511,66	72,5%
Impostos e Contribuições para a S.S.	663.527.000,00	472.655.156,71	71,2%
Taxas, multas e outras penalidades	8.400.000,00	6.030.731,71	71,8%
Rendimentos de propriedade	4.300.000,00	9.040.792,52	210,3%
Transferências Correntes	178.907.063,00	134.435.675,02	75,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.250.000,00	899.786,28	72,0%
Reposições	3.200.000,00	723.339,33	22,6%
Outras Receitas Correntes	1.200.000,00	448.030,09	37,3%
2. Receitas de Capital	293.306.065,00	120.024.276,62	40,9%
Venda de Bens de Investimento	6.000.000,00	1.422.401,16	23,7%
Transferências de Capital	287.106.065,00	118.510.184,69	41,3%
Outras Receitas de Capital	200.000,00	91.690,77	45,8%
3. Operações Extra-Orçamentais	215.786.886,00	158.403.797,94	73,4%
4. Total (1+2+3)	1.369.877.014,00	902.661.586,22	65,9%

As receitas correntes atingiram os 624,2 milhões de euros, 72,5% do valor orçamentado, destacando-se, os impostos diretos, indiretos e contribuições para a Segurança Social com 472,7 milhões de euros e as transferências, com 134,4 milhões de euros. Estes agregados representaram, no seu conjunto, 97,3% da receita corrente e 67,3% do total das receitas contabilizadas.

Com uma execução de 120,0 milhões de euros, as receitas de capital representaram 40,9% do orçamentado. Sobressaem, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 118,5 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (98,7%) e 13,1% do total da receita.

As principais componentes da receita, excluindo os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais, são apresentadas no quadro seguinte.

	Euros		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	1.154.090.128,00	744.257.788,28	64,49%
Receitas Fiscais	653.527.000,00	465.303.116,31	71,20%
Transferências do O.E.	258.969.888,00	187.852.416,03	72,54%
Transferências do U.E.	206.943.240,00	64.838.065,94	31,33%
Outras Receitas	34.650.000,00	26.264.190,00	75,80%

As receitas fiscais, totalizaram 465,3 milhões de euros, uma execução de 71,2%, representando 62,5% do total da receita.



Despesa

Os organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional contabilizaram uma despesa de 866,9 milhões de euros, dos quais, 709,5 milhões de euros de despesa corrente e 157,4 milhões de euros de despesa de capital.

	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
DESPEZA CORRENTE	588.358.256,31	138.917.296,46	212.485.869,22	709.517.763,85
Despesas com Pessoal	238.833.339,07	46.396.015,57	81.611.542,04	366.840.896,68
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	64.938.276,79	39.055.071,18	99.336.136,78	203.329.484,75
Juros e Outros Encargos	12.745.721,90	1.597.800,13	27.585.732,49	41.929.254,52
Transferências Correntes	261.759.974,93	42.348.233,14	590.580,86	74.455.130,79
Subsetores das AP	231.955.298,59	944.133,68	0,00	2.655.774,13
Outras transferências	29.804.676,34	41.404.099,46	590.580,86	71.799.356,66
Subsídios	694.734,22	9.418.902,68	0,00	10.113.636,90
Outras Despesas Correntes	9.386.209,40	101.273,76	3.361.877,05	12.849.360,21
DESPEZA DE CAPITAL	182.850.629,18	6.127.650,20	6.501.534,65	157.352.823,34
Aquisição de Bens de Capital	45.019.899,86	5.411.528,30	3.556.266,75	53.987.694,91
Transferências de Capital	137.652.729,32	716.121,90	375.643,00	100.617.503,53
Subsetores das AP	41.600.949,95	78.045,78	148.632,03	3.700.637,07
Outras transferências	96.051.779,37	638.076,12	227.010,97	96.916.866,46
Outras Despesas de Capital	178.000,00	0,00	2.569.624,90	2.747.624,90
DESPEZA EFETIVA	771.208.885,49	145.044.946,66	218.987.403,87	866.870.587,19
SALDO GLOBAL	-26.951.097,21	10.322.305,08	18.917.178,16	2.288.386,03
Despesa Primária	758.463.163,59	143.447.146,53	191.401.671,38	824.941.332,67
Saldo Primário	-14.205.375,31	11.920.105,21	46.502.910,65	44.217.640,55
Saldo Corrente	35.875.255,35	-11.173.081,89	-3.388.700,46	21.313.473,00
Saldo de capital	-62.826.352,56	21.495.386,97	22.305.878,62	-19.025.086,97

A desagregação da despesa do setor público administrativo regional, composto pelos serviços integrados, por grandes agregados, excluindo os ativos financeiros e os passivos financeiros, é a que abaixo se evidencia.

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Euros %
1. Despesas Correntes	829.557.351,00	588.358.256,31	70,9%
Despesas com Pessoal	318.346.924,00	238.833.339,07	75,0%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	111.813.057,00	64.938.276,79	58,1%
Juros e Outros Encargos	14.700.000,00	12.745.721,90	86,7%
Transferências Correntes	361.383.637,00	261.759.974,93	72,4%
Subsídios	2.746.267,00	694.734,22	25,3%
Outras despesas Correntes	20.567.466,00	9.386.209,40	45,6%
2. Despesas de Capital	381.061.487,00	182.850.629,18	48,0%
Aquisição de Bens de Capital	109.721.324,00	45.019.899,86	41,0%
Transferências Capital	271.162.163,00	137.652.729,32	50,8%
Outras despesas de Capital	178.000,00	178.000,00	100,0%
3. Operações Extra-Orçamentais	215.786.886,00	154.978.857,34	71,8%
5. Total (1+2+3)	1.426.405.724,00	926.187.742,83	64,9%



As despesas correntes apresentaram uma execução de 588,4 milhões de euros, destacando-se as Transferências Correntes e as Despesas com Pessoal, com uma execução de 261,8 milhões de euros e 238,8 milhões de euros, respetivamente, correspondendo no seu conjunto, 85,1% do total destas.

As despesas de capital, contabilizaram uma execução de 182,9 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 48,0%. Neste agregado destacaram-se as transferências de capital com uma execução de 137,7 milhões de euros, representando 75,3% do total deste.



B) Serviços e Fundos Autónomos

Apresenta-se a execução dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e das Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), integradas e equiparadas a SFA para efeitos de controlo orçamental, excluindo ativos e passivos financeiros e operações extra-orçamentais, a 30 de setembro de 2017.

	Euros		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
RECEITA CORRENTE	348.654.803,00	336.841.383,33	96,61%
Impostos diretos	0,00	10.831,59	0,00%
Impostos indiretos	0,00	15.852,29	0,00%
Contribuições para a segurança Social	0,00	0,00	0,00%
Taxas multas e outras penalidades	11.316.216,00	9.313.774,18	82,30%
Rendimentos de Propriedade	582,00	34.884,44	5993,89%
Transferências correntes	284.388.925,00	302.206.583,24	106,27%
Venda de bens e serviços correntes	42.709.535,00	21.090.892,02	49,38%
Outras receitas correntes	9.612.398,00	3.227.747,37	33,58%
Reposições não abatidas nos pagamentos	627.147,00	940.818,20	150,02%
RECEITA DE CAPITAL	173.598.395,00	56.430.450,44	32,51%
Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	172.566.195,00	55.920.901,77	32,41%
Outras receitas de capital	1.032.200,00	509.548,67	49,37%
RECEITA TOTAL	522.253.198,00	393.271.833,77	75,30%
DESPESA CORRENTE	425.244.820,00	351.403.165,68	82,64%
Despesas com Pessoal	135.339.687,00	128.007.557,61	94,58%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	155.654.895,00	138.391.207,96	88,91%
Subsídios	22.054.316,00	9.418.902,68	0,00%
Juros e Outros Encargos	33.606.507,00	29.183.532,62	86,84%
Transferências Correntes	76.216.958,00	42.938.814,00	56,34%
Outras Despesas Correntes	2.372.457,00	3.463.150,81	145,97%
DESPESA DE CAPITAL	49.975.430,00	12.629.184,85	25,27%
Aquisição de Bens de Capital	32.894.295,00	8.967.795,05	27,26%
Transferências de Capital	6.297.519,00	1.091.764,90	0,00%
Outras Despesas de Capital	10.783.616,00	2.569.624,90	23,83%
DESPESA TOTAL	475.220.250,00	364.032.350,53	76,60%



A receita total situou-se nos 393,3 milhões de euros (75,3 % do valor orçamentado), dos quais 336,8 milhões de euros de receita corrente e 56,4 milhões de euros de receita de capital.

Na receita corrente destacaram-se as transferências com 302,2 milhões de euros o equivalente a 106,3% do valor orçamentado e a 89,7% do total deste agregado.

A receita de capital com uma execução de 56,4 milhões de euros foi proveniente quase na sua totalidade de transferências de capital que contabilizaram 55,9 milhões de euros.

A despesa total atingiu os 364,0 milhões de euros, 76,6% do valor orçamentado, dos quais 351,4 milhões de euros de despesa corrente e 12,6 milhões de euros de despesas de capital.

Nas despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal com 138,4 milhões de euros e 128,0 milhões de euros, respetivamente, representando no seu conjunto 75,8% das despesas correntes. Este agregado registou uma execução orçamental de 82,6%.

Na despesa de capital destaca-se a aquisição de bens de capital que com 9,0 milhões de euros, 27,3% do orçamentado, representaram 71,0% do total destas despesas.



C) Administração Local

A – Receitas

As receitas dos municípios dos Açores totalizaram 165,4 M€ (milhões de euros) em 2016, registando novo decréscimo, neste caso de 3,3%. Em 2 anos, o volume de receitas municipais diminuiu 10,5 M€, situando-se o montante de 2016 como o mais baixo dos últimos 10 anos. Comparando os períodos 2007/2011 e 2012/2016, verifica-se uma receita média de 204,7 M€ no primeiro quinquénio e de 174,5 M€ no segundo.

O quadro resumo das receitas mostra os valores e evolução das principais receitas municipais, bem como o seu peso relativo.

Receitas	2014		2015		2016		2015/16
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	
Receitas Próprias (RCP)	53.275.292	30,3	55.681.067	32,5	59.542.121	36,0	6,9
Transferências - Fundos OE (FOE)	89.714.804	51,0	94.006.636	54,9	95.138.403	57,5	1,2
Transferências - Fundos UE (FUE)	25.727.034	14,6	15.333.324	9,0	1.744.030	1,1	-88,6
Transferências - Governo Regional (FGR)	3.130.509	1,8	2.085.342	1,2	3.134.079	1,9	50,3
Transferências - Outras (adm local, INH, etc)	1.173.559	0,7	887.970	0,5	1.495.785	0,9	68,4
Empréstimos de curto prazo	1.140.000	0,6	1.650.000	1,0	1.805.000	1,1	9,4
Empréstimos de médio e longo prazo	1.761.987	1,0	1.455.001	0,9	2.538.094	1,5	74,4
Totais	175.923.185	100	171.099.340	100	165.397.511	100	-3,3

Pelo quadro resumo das receitas, podemos observar que apenas uma rubrica (Fundos Comunitários) sofreu uma redução, mas esta foi tão elevada (-88,6%) que compensou o aumento registado em todas as outras componentes da receita. Repare-se ainda que os aumentos de 50% e de 68% registados noutras rubricas de transferências, ou de 74% observados nos empréstimos de médio e longo prazo, pouco impacto tiveram, uma vez que o seu peso relativo na receita não chega a 2%.

A diminuição das receitas da União Europeia (Fundo UE) é, pois, o facto mais importante a registar em 2016, no que respeita às receitas. Estas receitas atingiram os 25,7 M€ em 2014, baixando para 15,3 M€ em 2015 e em 2016 apenas somaram 1,7 M€. Entre 2007 e 2015, a média destas transferências foi de 20,4 M€ e o valor mais baixo registado foi de 15 M€, o que mostra a dimensão da quebra verificada nesta importante receita dos municípios.



Com comportamento positivo em 2016 e nos anos anteriores, estão as receitas próprias, que no último ano cresceram cerca de 7%, representando 36% da receita total de 2016. Tendo em conta que a outra componente das receitas certas, os Fundos OE, apenas aumentaram 1,2%, o resultado foi um aumento, de 37% para 39%, do peso das receitas próprias no total de receitas certas, ou próprias em sentido lato, já que os Fundos OE, não sendo considerados receitas próprias constituem receita garantida dos municípios, por força da lei das finanças locais (Lei 73/2013, de 03-09 - RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).

Observando no quadro abaixo as diversas componentes das receitas próprias, destaca-se em primeiro lugar a diminuição de 5,7% na receita do IMI. É uma redução com algum significado, se atentarmos a que o IMI é a principal receita própria dos municípios da RAA, representando 33,2% do total de receitas próprias. Nos últimos 10 anos, é a primeira vez que a receita do IMI diminui.

Receitas Próprias	2014		2015		2016		2015/16
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	20.026.433	37,6	20.979.299	37,7	19.788.118	33,2	-5,7
Imposto único de circulação - IUC	4.367.317	8,2	4.084.214	7,3	4.125.839	6,9	1,0
Imposto municipal s/ transações - IMT	4.722.661	8,9	4.632.753	8,3	5.011.329	8,4	8,2
Derrama	1.814.296	3,4	2.617.546	4,7	2.060.724	3,5	-21,3
Loteamentos e obras	1.118.026	2,1	786.747	1,4	828.163	1,4	5,3
Ocupação da via pública	570.364	1,1	522.607	0,9	756.042	1,3	44,7
Saneamento (esgotos e lixos)	4.905.409	9,2	5.173.633	9,3	5.720.207	9,6	10,6
Juros, rendas e dividendos	911.248	1,7	2.252.463	4,0	3.215.447	5,4	42,8
Venda de bens correntes	167.483	0,3	87.981	0,2	70.741	0,1	-19,6
Fornecimento de água	7.126.714	13,4	7.306.063	13,1	7.699.387	12,9	5,4
Trabalhos para particulares	155.379	0,3	203.158	0,4	362.171	0,6	78,3
Venda de bens de investimento	1.283.643	2,4	722.665	1,3	784.563	1,3	8,6
Outras receitas próprias	6.106.320	11,5	6.311.939	11,3	9.119.390	15,3	44,5
Totais	53.275.292	100	55.681.067	100	59.542.121	100	6,9

Pelo contrário, o IMT aumentou 8,2%, mas o seu valor de 5 M€, apesar de ser o maior do triénio, fica abaixo de metade da média de 10,2 M€ registada no período 2007-2011.

Não sendo uma receita significativa, as taxas de ocupação da via pública aumentaram 44,7% e o valor de 756 mil euros de 2016 supera qualquer dos anos anteriores, pelo menos desde 2002 e muito provavelmente desde sempre. Os aumentos verificados nestas duas rubricas, IMT e ocupação da via pública poderão estar associados à retoma da atividade económica.



São ainda de salientar o aumento de 42,8% em juros, rendas e dividendos, numa receita com um peso percentual de 5,4%, e o aumento de 10,6% nas receitas de saneamento, esgotos e lixos.

Outras variações significativas se observam, mas em rubricas com pouca expressão nas receitas próprias.

Nas receitas próprias apresentadas no quadro respetivo, não estão os serviços municipalizados nem as associações de municípios. No caso das receitas com o fornecimento de água, o quadro apresentado não inclui os serviços municipalizados de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. A receita destes dois serviços nesta rubrica foi de 9,4 M€ em 2016, que adicionadas aos 7,7 M€ recebidos diretamente pelos municípios e mencionados no quadro, perfazem uma receita total de 17,1 M€, o que dentro das receitas próprias apenas é ultrapassada pelos 19,8 M€ do IMI.

Os empréstimos de médio e longo prazo, por seu turno, aumentaram significativamente em termos percentuais (74,4%), mas o seu valor em euros foi apenas de 2,5 M€, o que sendo o maior valor do triénio, nada tem a ver com a média de 17 M€ do período 2007-2013. De facto, aos 2,5 M€ de novos empréstimos contraídos em 2016, contrapõem-se 12,7 M€ de amortização de empréstimos anteriores, levando a uma redução na dívida de médio e longo prazo.

No caso dos empréstimos de curto prazo, estes são obrigatoriamente amortizados no próprio ano em que são contraídos, não tendo por isso qualquer efeito na dívida municipal, servindo apenas de antecipação de receitas do ano em curso.

B - Despesas

Pelo quadro demonstrativo do fluxo de receitas e despesas do triénio, agrupadas nas duas grandes componentes de natureza corrente e de capital, podemos observar o seguinte:

- A despesa realizada nos últimos 3 anos foi sempre inferior à receita gerada em cada ano. Isto apesar da disponibilidade de saldos transitados do ano anterior com valor médio 13,4 M€.
- A tendência de excesso de receitas face às despesas resulta num crescimento progressivo do saldo orçamental, o qual em 2016 aumentou 32%, aproximando-se dos 22 M€. Os valores de



saldos observados nos últimos 3 anos são os mais elevados de sempre, e o valor de 2013 (9,8 M€) constitui o 4º maior. Ou seja, entre 2013 e 2016 o saldo de gerência aumentou 121%.

- O saldo final de 2016 (21,7 M€) é mais do que suficiente para liquidar a dívida de curto prazo (11,3 M€) no final do ano, sem que haja necessidade de recorrer a receitas do ano seguinte.

- As receitas correntes têm sido superiores às despesas correntes, como exige a regra do equilíbrio orçamental, mas além disso, a diferença (saldo orçamental corrente) tem aumentado, atingindo 38,6 M€ em 2016, na sequência de um aumento de 6,4%.

- As receitas de capital diminuíram 34% em 2016, mais do dobro da redução verificada nas despesas de capital (16,4%). Os 19,8 M€ de receitas de capital cobriram apenas 37,3% das despesas do mesmo grupo. Este rácio era de 72% em 2013, 58% em 2014 e 47% em 2015.

Fluxo Orçamental	2014	2015	2016	2015/16 %
Saldo Inicial - SI	9.873.036	13.725.191	16.452.421	19,9
Receitas Correntes - RC	133.752.334	141.065.903	145.561.636	3,2
Receitas de Capital - RK	42.041.464	29.984.441	19.815.245	-33,9
Reposições n/ abatidas nos pagamentos - RNAP	129.387	48.996	20.630	-57,9
Receita Total (RT) - (RC+RK+RNAP)	175.923.185	171.099.340	165.397.511	-3,3
Total Disponível (TD) - (SI+RT)	185.796.221	184.824.531	181.849.932	-1,6
Despesas Correntes - DC	99.403.172	104.808.791	106.970.209	2,1
Despesas de Capital - DK	72.667.858	63.563.339	53.142.351	-16,4
Despesa Total (DT) - (DC+DK)	172.071.030	168.372.130	160.112.560	-4,9
Saldo corrente - (RC-DC)	34.349.161	36.257.112	38.591.428	6,4
Saldo de capital - (RK-DK)	-30.626.393	-33.578.897	-33.327.106	-0,7
Saldo final - (TD-DT)	13.725.191	16.452.401	21.737.373	32,1

Seguem-se alguns comentários às despesas, nas suas rubricas principais, ou seja, pessoal, bens e serviços, investimentos, serviço da dívida e transferências.

As despesas totais realizadas em 2016 foram de 160,1 M€, tendo diminuído cerca de 5%. Esta redução resulta do efeito conjugado de uma diminuição de 16,4% nas despesas de capital com um ligeiro aumento de 2,1% nas despesas correntes.



Despesas	2014		2015		2016		2015/16
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Pessoal	51.834.449	30,1	49.804.785	29,6	49.091.360	30,7	-1,4
Aquisição de Bens	8.068.431	4,7	8.734.212	5,2	9.411.106	5,9	7,7
Aquisição de Serviços	22.418.115	13,0	27.475.975	16,3	29.227.583	18,3	6,4
Juros de empréstimos de curto prazo	22.116	0,0	12.363	0,0	15.098	0,0	22,1
Juros de empréstimos de médio e longo prazo	2.964.030	1,7	2.296.132	1,4	2.113.039	1,3	-8,0
Amortizações de empréstimos de curto prazo	1.345.000	0,8	1.650.000	1,0	1.805.000	1,1	9,4
Amortizações empréstimos médio e longo prazo	15.032.601	8,7	16.226.329	9,6	12.661.165	7,9	-22,0
Investimento direto	45.861.673	26,7	34.785.527	20,7	28.267.050	17,7	-18,7
Invest. delegado (adm. local, empresas, instituições.)	8.721.537	5,1	7.959.351	4,7	7.663.916	4,8	-3,7
Transferências correntes p/ instituições n/ lucrativas	4.569.883	2,7	5.598.474	3,3	6.566.426	4,1	17,3
Transferências correntes e subsídios p/empresas	3.196.656	1,9	2.439.167	1,4	1.448.010	0,9	-40,6
Transferências correntes - freguesias	2.704.619	1,6	2.700.599	1,6	2.781.863	1,7	3,0
Transferências correntes - famílias	851.654	0,5	1.266.386	0,8	1.871.867	1,2	47,8
Transferências correntes - Segurança Social	545.043	0,3	2.246.069	1,3	2.373.322	1,5	5,7
Outras Transferências	416.805	0,2	824.347	0,5	424.668	0,3	-48,5
Outras Despesas	3.518.418	2,0	4.352.414	2,6	4.391.087	2,7	0,9
Totais	172.071.030	100	168.372.130	100	160.112.560	100	-4,9

Saliente-se que a maior rubrica das despesas correntes (Pessoal) diminuiu 1,4%, ao contrário das aquisições de bens e de serviços, que aumentaram 7,7% e 6,4%, respetivamente. A redução progressiva nas despesas de pessoal é acompanhada por um aumento gradual das transferências correntes para as famílias, onde sobressaem os programas ocupacionais. No último ano estas transferências cresceram cerca de 48%, totalizando 1,9 M€.

As despesas com bens e serviços cresceram em ritmo superior ao da inflação, cuja taxa se situou em 0% em 2015 e 1,23% em 2016. As aquisições de bens aumentaram 8,3% em 2015 e 7,7% em 2016, e as aquisições de serviços cresceram a um ritmo ainda mais elevado – 22,6% em 2015 e 8,3% em 2016.

No caso dos juros, o comportamento difere dos empréstimos de curto prazo (+22,1%) para os de médio e longo prazo (-8%). Houve um aumento de 9,4% no volume de empréstimos de curto prazo contraídos, mas nos de médio e longo prazo o aumento foi de 74,4%, pelo que não deixa de ser estranho a diferença na variação dos juros pagos. A explicação poderá estar em taxas de juro superiores para o curto prazo e no processo de saneamento financeiro adotado por alguns municípios, com a substituição de empréstimos antigos por outros em



condições mais vantajosas. Outra explicação possível é os empréstimos novos terem sido contraídos no segundo semestre de 2016, não pagando juros nesse ano.

Ainda no âmbito das despesas correntes, é importante observar o comportamento das transferências dos municípios para outras entidades, nomeadamente, freguesias (delegação de competências), instituições não lucrativas (grupos desportivos, filarmónicas, etc.), empresas municipais (subsídios e outros apoios à exploração) e famílias e segurança social (programas ocupacionais e outros de apoio social).

Freguesias – as transferências aumentaram 3%, depois de uma variação quase nula em 2015.

Instituições – aumento de 17,3% em 2016 e de 22,5% em 2015. O valor transferido em 2016 (6,6 M€) é o mais elevado do período 2007-2016, sendo a primeira vez que ultrapassa os 6 M€.

Empresas municipais – estas transferências diminuíram substancialmente (-40,6%) em 2016 e já no ano anterior tinham diminuído 23,7%. O valor de 1,5 M€ transferido dos municípios para as empresas é o mais baixo dos últimos 10 anos, em que a média se situou nos 5,7 M€, atingindo os 9 M€ no período 2010-2012. Na sequência da legislação aplicável às empresas do setor empresarial local (Lei 59/2012, de 30-08), algumas empresas foram forçadas a encerrar, nomeadamente aquelas em que as vendas e prestações de serviços não cobrem 50% dos gastos totais, não podendo os apoios concedidos exceder 50% das receitas totais das empresas municipais.

Famílias e Segurança Social – Como já se referiu, verificou-se um aumento substancial nas transferências para as famílias, como resultado dos programas ocupacionais implementados pelo Governo Regional. As transferências para a Segurança Social aumentaram 5,7%.

No âmbito das despesas de capital existem 3 grandes rubricas: o investimento direto, as transferências de capital (investimento indireto ou delegado) e as amortizações dos empréstimos.

Tanto o investimento direto (28,3 M€) como o investimento delegado (7,7 M€) sofreram reduções, 18,7% no primeiro caso e 3,7% no segundo. O investimento direto de 2016 é o mais baixo, não só do triénio, mas do período 2007-2016, em que a média destas despesas foi de 54 M€. No caso do investimento delegado, a situação é semelhante, os valores são mais reduzidos. A média dos últimos 10 anos foi de 13,9 M€ e o valor de 7,7 M€, realizado em 2016,



o mais baixo do período. Além disso, o rácio investimento direto/investimento delegado tem vindo a baixar – 5,3 em 2014, 4,4 em 2015 e 3,7 em 2016.

Certamente que a redução de 89% nas transferências dos fundos comunitários, principal receita de capital, terá sido a principal causa da diminuição nos investimentos. Todavia, as despesas de investimento poderiam ter sido mais elevadas, se tivermos em conta que os municípios encerraram o ano de 2016 com um saldo final de 21,7 M€. A utilização deste saldo no ano seguinte (2017) terá sido sobretudo em despesas de capital, tendo em conta a imposição prevista na regra orçamental do equilíbrio corrente, ou seja, as despesas correntes devem ser cobertas com receitas correntes geradas no próprio ano, a não ser em casos de algumas receitas correntes consignadas recebidas e não gastas no ano anterior, as quais, forçosamente, terão que ser utilizadas nos fins a que se destinavam.

Finalmente, nas despesas de capital, aparecem as amortizações de empréstimos, no valor de 12,7 M€ para os de médio e longo prazo (-22%), e o pagamento anual das unidades de participação no FAM - Fundo de Apoio Municipal, subscrito pelos municípios e pelo Estado em 50% cada, como forma de apoio aos municípios em dificuldades financeiras. O FAM teve início em 2014 com um valor total de cerca de 18 M€, metade dos quais subscrito pelos municípios e a ser pagão em 7 anos, o que dá um valor anual de cerca de 1,3 M€.

Ao valor das amortizações de médio e longo prazo (12,7 M€) juntam-se ainda as amortizações de curto prazo (1,8 M€), mas estas são exatamente no valor dos empréstimos contraídos no próprio ano.

Situação Patrimonial

Em 2016, o Ativo Líquido total dos municípios praticamente não se alterou, mantendo-se em 1.234 M€, o mesmo não acontecendo com o Passivo, que diminuiu 3,7% e os Capitais Próprios, que aumentaram 2,4%.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

Balanço	2014	2015	2016	2015/16 %
Ativo Líquido	1.255.899.326	1.234.153.679	1.234.232.771	0,0
Imobilizado Incorpóreo	4.558.988	4.598.044	4.546.442	-1,1
Imobilizado Corpóreo	1.115.373.216	1.111.994.654	1.105.079.325	-0,6
Imobilizado Financeiro	79.902.515	65.621.921	65.310.220	-0,5
Existências	2.154.327	2.147.634	2.288.118	6,5
Dívidas de terceiros	22.942.934	19.887.684	19.467.022	-2,1
Depósitos e Caixa	15.685.860	18.709.486	23.540.511	25,8
Acréscimos de proveitos	10.288.223	10.585.712	13.402.284	26,6
Custos diferidos	4.993.263	608.543	598.850	-1,6
Fundos Próprios e Passivo	1.255.899.326	1.234.153.679	1.234.232.771	0,0
Fundos Próprios	741.401.258	742.220.613	760.354.356	2,4
Património	539.234.940	542.416.320	547.087.823	0,9
Reservas	47.027.986	50.128.604	52.223.577	4,2
Outros fundos próprios	90.499.458	83.573.283	85.814.715	2,7
Resultados transitados	54.541.180	60.516.511	61.023.136	0,8
Resultado Líquido de exercício	10.097.694	5.585.896	14.205.105	154,3
Passivo	514.498.068	491.933.065	473.878.415	-3,7
Provisões para riscos e encargos	4.198.118	4.037.659	4.218.677	4,5
Empréstimos de médio e longo prazo	134.284.331	124.214.840	120.012.886	-3,4
Outras dívidas de médio e longo prazo	12.721.903	12.612.079	9.094.536	-27,9
Dívida de médio e longo prazo	147.006.234	136.826.919	129.107.422	-5,6
Fornecedores de bens e serviços	3.393.084	2.580.380	2.336.796	-9,4
Fornecedores de imobilizado	2.855.172	1.222.024	1.643.900	34,5
Outras dívidas de curto prazo	12.543.476	8.856.058	9.179.608	3,7
Dívida de curto prazo	18.791.732	12.658.462	13.160.304	4,0
Acréscimos de custos	8.189.281	7.579.054	7.911.359	4,4
Proveitos diferidos	336.312.703	330.830.973	319.480.654	-3,4

O imobilizado corpóreo representa 89,5% do Ativo, seguido do imobilizado financeiro, com um peso relativo de 5,3%. As dívidas a receber e o dinheiro em caixa e bancos ocupam em conjunto 3,5%.



Os 23,5 M€ existentes em depósitos e caixa correspondem ao saldo orçamental (21,7 M€), mais o saldo de operações de tesouraria (1,8 M€), constituído por receitas cobradas para entregar a outras entidades (IRS, segurança social, sindicatos, etc.).

Em 2016, os municípios gastaram em investimento direto 28,3 M€ e ficaram a dever a fornecedores de imobilizado (empreiteiros e vendedores de maquinaria e equipamento) 1,6 M€, mas registaram como amortização ou depreciação do seu imobilizado 42,7 M€, o que resultou numa redução efetiva de 0,6% no imobilizado corpóreo.

Nos Fundos Próprios, observa-se um aumento global de 2,4%, mercê de um resultado líquido global de 14,2 M€, o maior do triénio e mesmo dos últimos 10 anos, sendo que o valor mais elevado do período tinha sido registado em 2007, com 12,2 M€. O valor total de resultados líquidos dos 19 municípios inclui, no entanto, 6 resultados negativos, à semelhança dos dois anos anteriores, se bem que os municípios não sejam exatamente os mesmos.

Passivo – O passivo é um agregado patrimonial importante, uma vez que inclui o endividamento a terceiros. O valor total do Passivo em 2016 era de 474 M€, mas deste montante, apenas 142,3 M€ constituem dívida a outras entidades, tendo em conta que uma parte substancial do Passivo inclui os proveitos diferidos (Comparticipações recebidas para investimentos) no valor de 319,5 M€.

A dívida de médio e longo prazo reduziu 5,6%, somando os 19 municípios o montante de 129,1 M€ em 2016, verificando-se uma redução de 3,4% na dívida de empréstimos de médio e longo prazo.

Por outro lado, a dívida de curto prazo, a ser paga no decurso de 2017, totalizava no final de 2016 13,2 M€, neste caso, mais 4% do que no ano anterior. Todavia, não podemos esquecer que no final de 2016 existia em caixa e depósitos bancários um total de 23,5 M€.

O quadro seguinte mostra alguns indicadores do nível de endividamento, relacionando a dívida municipal com as receitas de carácter regular (receitas próprias de impostos, taxas e prestação de serviços, mais os fundos do Orçamento do Estado).



Indicadores de endividamento	2014	2015	2016
Dívida de MLP / receitas certas (Receitas próprias + Fundos OE)	102,8	91,4	83,5
Dívida de curto prazo / receitas certas	13,1	8,5	8,5
Dívida CP / Dívida Total - %	11,3	8,5	9,3

É de assinalar a evolução positiva do peso da dívida de médio e longo prazo, relativamente às receitas certas, ou seja, as que não dependem de aprovações de outras entidades, casos de comparticipações ou de empréstimos). Salienta-se, no entanto, um aumento do peso da dívida de curto prazo na dívida total.

Resultados de 2016

Em 2016, os municípios tiveram um resultado líquido global de 14,2 M€, dos quais, 9M€ são resultados extraordinários, 2,7 M€ são resultados financeiros e apenas 2,4 M€ são resultados operacionais, gerados por receitas próprias e fundos do Orçamento do Estado. O aumento de 94% nos resultados extraordinários explica-se em grande parte pela redução de 21% no investimento delegado (custos extraordinários), já que os próprios proveitos extraordinários também diminuíram, mas em menor grau ou percentagem.

Demonstração de Resultados	2014	2015	2016	2015/16 %
Amortizações do exercício	40.615.390	42.510.151	42.659.386	0,4
Provisões do exercício	427.920	643.104	634.878	-1,3
Custos operacionais	139.070.592	147.719.826	152.679.552	3,4
Proveitos operacionais	142.612.026	150.104.385	155.093.718	3,3
Custos e perdas financeiros	3.746.150	3.498.378	3.017.318	-13,8
Proveitos e ganhos financeiros	2.116.154	2.030.973	5.760.701	183,6
Custos e perdas extraordinários	9.781.279	15.351.677	9.871.571	-35,7
Proveitos e ganhos extraordinários	17.967.536	20.020.419	18.919.127	-5,5
Resultados operacionais	3.541.434	2.384.559	2.414.165	1,2
Resultados financeiros	-1.629.997	-1.467.405	2.743.384	-287,0
Resultados extraordinários	8.186.257	4.668.742	9.047.556	93,8
Resultado líquido do exercício	10.097.694	5.585.896	14.205.105	154,3



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para o ano de 2018, utiliza a metodologia dos últimos anos, a qual permite uma análise acessível, perceptível e rigorosa deste documento.

Apresenta-se a estrutura da proposta do ORAA para 2018, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais e da dotação provisional.

	Milhares de Euros
	2018
1. Receitas Correntes	915.169
2. Despesas Correntes	696.785
3. Encargos da Dívida Pública	14.700
4. Saldo Corrente (1-2)	218.384
5. Receitas de Capital	235.834
6. Empréstimos	141.258
7. Despesas de Capital	503.851
8. Amortização de Dívida	81.258
9. Saldo de Capital (5-7)	-268.017
10. Saldo Global (4+9)	-49.632
11. Saldo Primário (10+3)	-34.932

A) Orçamento da Receita

Prevê-se uma receita total de 1.504,0 milhões de euros. Excluindo o montante das operações extraorçamentais, na ordem dos 211,7 milhões de euros, o valor da receita atinge os 1.292,3 milhões de euros.

Ao referido valor são ainda, excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva, que se estima atingir os 1.151,0 milhões de euros.

O orçamento da Região é financiado essencialmente pelas receitas próprias, pelas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.



	Milhares de euros			
	2017		2018	
Receitas Próprias	688.477	59,6%	733.957	63,8%
Das quais:				
Receitas Fiscais	653.527		693.337	
Transferências do OE	258.970	22,4%	264.955	23,0%
Transferências da UE	206.944	17,9%	152.091	13,2%
Receita Efetiva	1.154.391	100%	1.151.003	100,0%

A principal fonte de financiamento do orçamento continua a ser constituída pelas receitas próprias, representando estas 63,8% do total da receita efetiva.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam, igualmente, a deter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 23,0% e 13,2%, respetivamente, do total da receita efetiva.

Receitas Próprias

Prevê-se que as receitas próprias atinjam o montante de 734,0 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 6,6%, relativamente ao correspondente valor do corrente ano.

No âmbito destas, destacam-se as receitas fiscais, as quais, com 693,3 milhões de euros, representam 94,5% do respetivo total.

Os impostos diretos com uma previsão orçamental de 215,6 milhões de euros, menos 5,9% do que o valor orçamentado para 2017, representam cerca de 31,1% do total das receitas fiscais.

Prevê-se que a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) atinja os 165,6 milhões de euros. Este valor representa um decréscimo de 7,5% relativamente à dotação prevista para 2017. Esta variação contempla os efeitos das alterações constantes da proposta do Orçamento de Estado para 2018, nomeadamente, a redução fiscal que incide sobre os trabalhadores e que irá beneficiar todos os contribuintes em sede de IRS.

A previsão da receita deste imposto integra igualmente o impacto esperado da redução de receita, associado ao alargamento ao novo 3.º escalão do IRS do diferencial de 25,0% relativamente à correspondente taxa nacional, conforme consta da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região para 2018.



Para a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), estima-se, para 2018, um valor de 50,0 milhões de euros, o mesmo valor que o orçamentado para o corrente ano.

Os impostos indiretos, com uma previsão orçamental de 477,7 milhões de euros, mais 12,5% do que o valor orçamentado em 2017, representam cerca de 68,9% do total das receitas fiscais.

Estima-se uma receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na ordem dos 321,0 milhões de euros, apurada nos termos previstos na Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março. Esta previsão incorpora, igualmente, uma componente relativa a acerto do corrente ano, devido ao facto da estimativa de execução deste imposto, em 2017, estar a superar a dotação prevista em sede orçamental.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), prevê-se uma receita de 66,9 milhões de euros. Esta previsão reflete, simultaneamente, o efeito positivo na receita deste imposto, decorrente da introdução do gasóleo colorido, via diminuição dos respetivos reembolsos e, também, do aumento do consumo de combustíveis, em virtude da dinâmica da atividade económica.

Para o Imposto sobre o Tabaco (IT) espera-se que atinja o valor de 49,6 milhões de euros. Este acréscimo de 3,5 milhões de euros, deve-se, fundamentalmente às alterações introduzidas no Orçamento de Estado do corrente ano, as quais se refletirão, igualmente, em 2018.

Para o Imposto sobre Veículos (ISV) e o Imposto do Selo, estima-se uma previsão orçamental de 8,3 milhões de euros e de 19,0 milhões de euros, respetivamente. As estimativas para estes impostos tiveram por base as respetivas taxas previstas em sede de Orçamento de Estado para 2018, bem como, as suas previsões de execução no final do corrente ano.

Para os restantes impostos, dos quais se destaca o Imposto único de Circulação (IUC), estima-se uma de receita global de 5,2 milhões de euros.



No que concerne às outras receitas próprias, orçamenta-se um valor global de 32,6 milhões de euros, mais 6,1 milhões de euros do que o previsto para o ano anterior, justificado em parte pelo acréscimo esperado na rubrica - Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras.

Transferências do Orçamento do Estado

Nos termos do estipulado na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas (LFRA), as transferências do Orçamento do Estado, para 2018, atingem o montante global de 259,3 milhões de euros, dos quais 185,2 milhões de euros que se destinam a compensar os custos de insularidade, 74,1 milhões de euros, no âmbito do Fundo de Coesão. Relativamente ao ano anterior, regista-se um crescimento de 8,9 milhões de euros.

Encontra-se, igualmente, prevista pela primeira vez, uma transferência do Orçamento do Estado de 5,7 milhões de euros, destinada à comparticipação ao Governo Regional dos Açores dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte inter-ilhas da Região.

Assim, as transferências financeiras provenientes do Orçamento do Estado em 2018, ascenderão ao montante global de 265 milhões de euros.

Transferências da União Europeia

As transferências da União Europeia deverão atingir, em 2018, o montante global de 152,1 milhões de euros, correspondentes ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A execução desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados, dependendo o recebimento das comparticipações dos fundos europeus do ritmo da referida execução.



Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 211,7 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, com 12,0 milhões de euros e as outras operações de tesouraria, com 199,7 milhões de euros.

A) Orçamento da Despesa

O valor total da despesa orçamentada, para 2018, atinge os 1.504,0 milhões de euros, incluindo uma previsão de 211,7 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

Apresenta-se a desagregação da despesa de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental, excluindo os montantes orçamentados para a dotação provisional, os montantes dos passivos financeiros e as operações extraorçamentais.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

	Milhares de Euros				
	2017	%	2018	%	Var.
1. Despesas Correntes	688.655.776	57,1%	696.784.935	58,0%	1,2%
Despesas com Pessoal	315.057.839	26,1%	324.037.268	27,0%	2,9%
Transferências	331.456.826	27,5%	330.424.849	27,5%	-0,3%
Aquisição de Bens e Serviços	14.583.270	1,2%	14.457.168	1,2%	-0,9%
Juros e Outros Encargos	14.700.000	1,2%	14.700.000	1,2%	0,0%
Outras	12.857.841	1,1%	13.165.650	1,1%	2,4%
2. Despesas de Capital	562.898	0,0%	483.700	0,0%	-14,1%
Aquisição de Bens	384.898	0,0%	379.800	0,0%	-1,3%
Outras	178.000	0,0%	103.900	0,0%	-41,6%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	689.218.674	57,1%	697.268.635	58,1%	1,2%
4. Despesas do Plano	517.555.454	42,9%	503.366.526	41,9%	-2,7%
5. Total da Despesa (3+4)	1.206.774.128	100,0%	1.200.635.161	100,0%	-0,5%

Estima-se que as despesas de funcionamento, atinjam os 697,3 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 1,2%, relativamente ao previsto para ano de 2017. Deste total, 696,8 milhões de euros, constituem as despesa correntes, dos quais 93,9%, dizem respeito a despesas com pessoal e transferências.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 324,0 milhões de euros, mais 2,9% do que a dotação revista para 2017, acréscimo justificado pelo impacto das medidas previstas na proposta do OE para 2018, referentes ao descongelamento das carreiras na administração pública.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 330,4 milhões de euros, menos 0,3% do que o previsto para o ano de 2017. Este ligeiro decréscimo, deve-se ao encargo extraordinário ocorrido no corrente ano, relativo ao pagamento de retroativos das subvenções mensais vitalícias, determinado pela decisão do Tribunal Constitucional.

No agrupamento económico das transferências correntes, estão contempladas as verbas destinadas aos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 300,0 milhões de euros – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 25 milhões de euros – para além das



despesas com pessoal dos diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

A dotação prevista para a aquisição de bens e serviços correntes é de 14,5 milhões de euros, menos 0,9% do que o correspondente valor de 2017, mantendo a tendência de redução desta tipologia de despesas, verificada nos últimos anos.

Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 14,7 milhões de euros. Esta previsão mantém-se inalterada relativamente à do corrente ano, em virtude das melhorias verificadas nas condições de financiamento da Região e da expectativa de as mesmas continuarem no próximo ano.

As outras despesas correntes estão estimadas em 13,2 milhões de euros, dos quais, 12,6 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 0,5 milhões de euros, dos quais, 0,4 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e os restantes 0,1 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

É importante salientar que, nas despesas de funcionamento, apenas se registam acréscimos nas despesas com pessoal, devido ao descongelamento das carreiras da Função Pública e nas outras despesas correntes, destinadas ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2018, uma previsão orçamental de 503,4 milhões de euros. Importa salientar que o orçamento regional continua a afetar uma parte significativa das suas dotações ao Plano de Investimentos, a qual, em 2018, é de cerca de 41,9%.



Classificação Orgânica

A desagregação da despesa pelos diversos departamentos governamentais regionais, é explicitada de seguida, excluindo a Dotação Provisional, Passivos Financeiros e Operações Extraorçamentais.

	2017	%	2018	Euros %
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	12.170.800	1,0%	12.646.700	1,1%
Presidência do Governo Regional	11.517.626	1,0%	11.391.337	0,9%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	145.083.733	12,0%	146.085.654	12,2%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	68.810.136	5,7%	63.350.573	5,3%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	304.716.112	25,3%	301.958.742	25,1%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	45.542.948	3,8%	41.550.179	3,5%
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	146.870.169	12,2%	149.126.121	12,4%
Secretaria Regional da Saúde	335.906.223	27,8%	338.070.163	28,2%
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	46.451.946	3,8%	45.692.779	3,8%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	89.704.435	7,4%	90.762.913	7,6%
Total	1.206.774.128	100%	1.200.635.161	100%

A Secretaria Regional da Saúde, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e a Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial representam, no seu conjunto, 77,9% do total da despesa pública prevista.

A Secretaria Regional da Saúde tem afeta uma dotação de 338,1 milhões de euros, mais 0,6% do que no ano anterior, da qual 300,0 milhões de euros destinados ao Serviço Regional de Saúde.

Para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, está orçamentada uma dotação de 302,0 milhões de euros. Deste montante, destacam-se as verbas afetas à Direção Regional da Educação, com 222,2 milhões de euros.

À Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas ficam afetos 12,4% do total das despesas num valor de 149,1 milhões de euros, mais 1,5% do que em 2017.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial contempla uma verba de 146,1 milhões de euros.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, incluindo-se o montante das operações extraorçamentais.

	2017	%	2018	Euros %
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	12.170.800	0,9%	12.646.700	0,9%
Presidência do Governo Regional	11.517.636	0,8%	11.391.347	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	360.659.569	25,4%	357.677.004	25,3%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	68.810.136	4,8%	63.350.573	4,5%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	304.716.112	21,4%	301.958.742	21,4%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	45.552.948	3,2%	41.570.179	2,9%
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	146.870.189	10,3%	149.126.141	10,6%
Secretaria Regional da Saúde	335.906.223	23,6%	338.070.163	23,9%
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	46.452.946	3,3%	45.693.779	3,2%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	89.904.455	6,3%	90.862.933	6,4%
Total	1.422.561.014	100%	1.412.347.561	100%

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, com 357,7 milhões de euros, é o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 25,3% do respetivo total, tendo em conta que as dotações afetas às operações extraorçamentais são, na quase totalidade, inscritas neste departamento.

A Secretaria Regional da Saúde tem afeta uma dotação de 338,1 milhões de euros, assumindo um peso de 23,9% no total da despesa.

Segue-se a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 302,0 milhões de euros, 21,4%, do total do orçamento.

Estes três departamentos representam conjuntamente, 70,6 % do total previsto para a despesa de 2018.

As despesas de investimento previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2018, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública, são as que a seguir se apresentam.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

	2017	%	2018	Euros %
Presidência do Governo Regional	4.164.276	0,8%	3.835.225	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	78.452.458	15,2%	82.236.545	16,3%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	61.982.836	12,0%	56.111.771	11,1%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	75.265.212	14,5%	64.912.091	12,9%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	42.088.848	8,1%	37.890.649	7,5%
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	127.575.669	24,6%	129.812.348	25,8%
Secretaria Regional da Saúde	32.107.875	6,2%	34.233.724	6,8%
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	36.961.696	7,1%	35.297.848	7,0%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	58.956.584	11,4%	59.036.325	11,7%
Total	517.555.454	100%	503.366.526	100%

A Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, com 129,8 milhões de euros de dotação, é o departamento regional com o maior volume de despesas de investimento, representando 25,8% do respetivo total.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 82,2 milhões de euros e 64,9 milhões de euros, respetivamente, contemplam, igualmente, um volume financeiro significativo, representando conjuntamente 29,2% do total das despesas de investimento previstas para 2018.

Classificação Funcional

A estrutura da despesa global, para 2018, distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar, sem as operações extraorçamentais, é apresentada no quadro seguinte.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

	2017	%	2018	Euros
				%
1. Funções Gerais de Soberania	124.761.315	10,3%	122.892.923	10,2%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	124.761.315	10,3%	122.892.923	10,2%
2. Funções Sociais	742.254.969	61,5%	730.852.697	60,9%
2.01 Educação	267.969.644	22,2%	264.071.005	22,0%
2.02 Saúde	326.122.163	27,0%	328.537.025	27,4%
2.03 Segurança e Ação Social	41.826.764	3,5%	37.366.332	3,1%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	71.757.830	5,9%	65.196.346	5,4%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	34.578.568	2,9%	35.681.989	3,0%
3. Funções Económicas	310.792.593	25,8%	317.911.206	26,5%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	86.918.275	7,2%	88.455.150	7,4%
3.03 Transportes e Comunicações	140.587.066	11,6%	139.795.340	11,6%
3.05 Outras Funções Económicas	83.287.252	6,9%	89.660.716	7,5%
4. Outras Funções	28.965.251	2,4%	28.978.335	2,4%
4.01 Operações da Dívida Pública	14.700.000	1,2%	14.700.000	1,2%
4.03 Diversas não Especificadas	14.265.251	1,2%	14.278.335	1,2%
Total	1.206.774.128	100%	1.200.635.161	100%

As funções sociais, com uma dotação global de 730,9 milhões de euros, são o sector com maior peso na estrutura da despesa, representando 60,9% do respetivo total.

No âmbito das referidas funções, são os sectores da Saúde e da Educação, com 328,5 e 264,1 milhões de euros, respetivamente, os que têm maior representatividade no total das funções sociais com 81,1%.

As funções económicas atingem uma previsão global de 317,9 milhões de euros, representando 26,5% da despesa orçamentada. Nestas destaca-se o sector dos Transportes e Comunicações, com uma dotação de 139,8 milhões de euros, representando 44,0% das funções económicas e 11,6% do total da despesa prevista para o ano de 2018.

As funções gerais de soberania e as outras funções totalizam 151,9 milhões de euros, representando no seu conjunto 12,6% do total da despesa orçamentada para 2018.



B) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro na sua versão atual – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento, os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) bem como as entidades empresariais inseridas no sector público administrativo, denominadas por Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), as quais, para além das contempladas em 2017, incluem, pela primeira vez, as seguintes entidades: Companhia – Sociedade Pesqueira, Ld.^a., ENTA – Escola Novas Tecnologias, AATH – Associação Açoriana de Formação Hoteleira e o OTA – Observatório do Turismo dos Açores, especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos.

As despesas globais dos FSA e das EPR inseridas no sector público administrativo, também são especificadas segundo as suas classificações orgânica, funcional e económica.

Classificação Económica

Está previsto, para 2018, um orçamento consolidado de 691,7 milhões de euros, cuja desagregação por classificação económica, é a que de seguida se apresenta.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	441.329.865	DESPESAS CORRENTES	525.851.981
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	189.107.733
Impostos indirectos	0	Aq. de bens e serviços correntes	228.334.033
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Juros e outros encargos	33.364.180
Txs,multas e outras penalidades	12.428.286	Juros da dívida pública	25.353.215
Rend. de propriedades	1.123.486	Outros encargos correntes da dívida pública	8.010.965
Transferências	347.832.770	Transferências Correntes	49.738.622
Adm. Públicas	306.731.142	Adm. Públicas	2.804.382
Outros setores	41.101.628	Outros setores	46.934.240
Venda de bens e serviços correntes	73.541.449	Subsídios	22.064.569
Outras receitas correntes	6.403.874	Outras despesas correntes	3.242.844
RECEITAS DE CAPITAL	240.786.669	DESPESAS DE CAPITAL	156.937.146
Venda de bens de investimento	24.656	Aquisição de bens de capital	17.122.094
Transferências	142.120.862	Transferências de Capital	2.756.672
Adm. Públicas	92.816.800	Adm. Públicas	629.600
Outros setores	49.304.062	Outros setores	2.127.072
Activos financeiros	230.000	Activos financeiros	38.741.382
Passivos financeiros	97.272.505	Passivos financeiros	89.316.998
Outras receitas de capital	1.138.646	Outras despesas de capital	9.000.000
SUB-TOTAL	682.116.534	SUB-TOTAL	682.789.127
Reposições	85.988		
Saldo da gerência anterior	586.605		
Operações extra-orçamentais	8.922.161	Operações extra-orçamentais	8.922.161
TOTAL	691.711.288	TOTAL	691.711.288

A receita corrente, com 441,3 milhões de euros representa 63,8% do total orçamentado, enquanto os 240,8 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 34,8%. Os restantes 9,6 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extraorçamentais.

No agregado das receitas correntes, sobressaem as transferências, as quais, com 347,8 milhões de euros, representam 78,8% do total da receita corrente.

Do total das receitas de capital previstas, 142,1 milhões de euros respeitam a transferências.



A despesa total desagrega-se por 525,9 milhões de euros de despesas correntes (76,0%) e 156,9 milhões de euros de despesas de capital (22,7%) e por 8,9 milhões de euros de operações extraorçamentais (1,3%).

Nas despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 43,4%, e 36,0% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 417,4 milhões de euros.

Estima-se uma despesa de capital de 156,9 milhões de euros, dos quais 89,3 milhões de euros dizem respeito a passivos financeiros.

Classificação Orgânica

O orçamento dos FSA e das EPR inseridas no sector público administrativo, segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	79.118.044	11,44%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	48.728.774	7,04%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	23.875.282	3,45%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	6.070.171	0,88%
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	34.300.889	4,96%
Secretaria Regional da Saúde	459.262.412	66,40%
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	21.889.922	3,16%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	18.465.794	2,67%
Total	691.711.288	100,00%

O departamento governamental que se evidencia é a Secretaria Regional da Saúde, com 459,3 milhões de euros (66,4%). Destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento deste departamento:

- Hospital do Divino Espírito Santo – 28,6%
- Saudaço, S.A. – 23,2%
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – 17,6%
- Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – 9,9%

Destaca-se, ainda, a Vice Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a qual, com 79,1 milhões de euros representa 11,4% do total orçamentado, evidenciando-se o Fundo Regional do Emprego com 59,1% do total do departamento.



Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais, é a especificada no quadro seguinte:

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	39.908.380	5,8%
Funções Sociais	532.896.821	77,0%
Funções Económicas	69.143.170	10,0%
Outras Funções	49.762.917	7,2%
TOTAL	691.711.288	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se evidenciam, com 532,9 milhões de euros (77,0%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 69,1 milhões de euros (10,0%), as outras funções com 49,8 milhões de euros (7,2%) e as funções gerais de soberania com 39,9 milhões de euros (5,8%).

Às funções de carácter social, são atribuídas as seguintes dotações:

- Saúde – 457,1 milhões de euros;
- Habitação e Serviços Coletivos – 43,0 milhões de euros;
- Educação – 18,2 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 12,0 milhões de euros;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,7 milhões de euros.

Os 69,1 milhões de euros afetos às funções económicas decompõem-se em:

- Transportes e Comunicações – 22,7 milhões de euros;
- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 19,2 milhões de euros;
- Comércio e Turismo – 15,7 milhões de euros;
- Indústria e Energia – 11,6 milhões de euros.

Os 49,8 milhões de euros afetos às outras funções, são na sua totalidade destinados a funções diversas não especificadas.

As despesas com as funções gerais de soberania serão unicamente utilizadas para fazer face a despesas com os serviços gerais da administração pública.



D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, incluindo todos os serviços integrados e todos os FSA e EPR, para 2018, é de 1.798,0 milhões de euros.

(euros)	
Receitas Correntes	1.051.329.730,0
Impostos Directos	215.610.000,0
Impostos Indirectos	477.726.750,0
Contribuições para a Segurança Social	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	20.428.286,0
Rendimentos de propriedade	10.223.486,0
Transferências Correntes	245.145.885,0
Administrações Públicas	195.689.235,0
Outras	49.456.650,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	74.791.449,0
Outras Receitas Correntes	7.403.874,0
Receitas de Capital	523.311.816,0
Venda de Bens de Investimento	1.444.656,0
Transferências de Capital	281.518.009,0
Administrações Públicas	80.122.986,0
Outras	201.395.023,0
Activos Financeiros	480.000,0
Passivos Financeiros	238.530.505,0
Outras Receitas de Capital	1.338.646,0
Outras Receitas	2.772.593,0
Reposições	2.085.988,0
Saldo de Gerência Anterior	686.605,0
Operações Extra-Orçamentais	220.634.561,0
Total da Receita	1.798.048.700,0
Despesas Correntes	1.043.789.173,0
Despesas com Pessoal	514.959.001,0
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	324.502.037,0
Juros e Outros Encargos	48.064.180,0
Transferências Correntes	104.297.522,0
Administrações Públicas	2.217.010,0
Outras	102.080.512,0
Subsídios	24.840.159,0
Outras despesas Correntes	27.126.274,0
Despesas de Capital	533.624.966,0
Aquisição de Bens de Capital	125.299.654,0
Transferências Capital	189.761.102,0
Administrações Públicas	629.600,0
Outras	189.131.502,0
Activos Financeiros	38.885.312,0
Passivos Financeiros	170.574.998,0
Outras despesas de Capital	9.103.900,0
Operações Extra-Orçamentais	220.634.561,0
Total da Despesa	1.798.048.700,0



Prevê-se que as receitas correntes atinjam os 1.051,3 milhões de euros (58,5% do total da receita), das quais 693,3 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 358,0 milhões de euros a outras receitas correntes.

Estima-se que as receitas de capital, atinjam os 523,3 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (1.043,8 milhões de euros) 49,3% dizem respeito a despesas com pessoal (515,0 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 533,6 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 220,6 milhões de euros, 12,3% do total da despesa.



V - Transferências para a Administração Local

A participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFALEI.

O montante global da participação dos municípios da Região Autónoma dos Açores, nos impostos do Estado encontra-se fixado em 105,4 milhões de euros para o ano de 2018, de acordo com a proposta do Orçamento de Estado.

A referida participação desagrega-se da seguinte forma .

Municípios	FEF/FSM	IRS	Sub_Total	FFF	TOTAL
Angra do Heroísmo	9.168.730	1.229.704	10.398.434	733.378	11.131.812
Calheta de São Jorge	3.490.487	62.665	3.553.152	196.571	3.749.723
Corvo	1.547.403	16.286	1.563.689	0	1.563.689
Horta	5.298.790	540.898	5.839.688	416.187	6.255.875
Lagoa	4.547.894	312.765	4.860.659	274.047	5.134.706
Lajes das Flores	2.746.428	26.683	2.773.111	171.481	2.944.592
Lajes do Pico	3.969.872	94.412	4.064.284	234.299	4.298.583
Madalena	4.184.903	145.148	4.330.051	235.900	4.565.951
Nordeste	4.448.389	67.923	4.516.312	272.418	4.788.730
Ponta Delgada	12.189.810	2.909.531	15.099.341	1.054.543	16.153.884
Povoação	4.340.116	74.414	4.414.530	245.522	4.660.052
Ribeira Grande	9.123.565	543.450	9.667.015	570.713	10.237.728
Santa Cruz da Graciosa	2.869.703	53.785	2.923.488	164.246	3.087.734
Santa Cruz das Flores	2.402.294	44.524	2.446.818	143.489	2.590.307
São Roque	3.159.382	84.974	3.244.356	183.854	3.428.210
Velas	4.001.438	53.813	4.055.251	227.397	4.282.648
Praia da Vitória	6.584.140	490.878	7.075.018	437.067	7.512.085
Vila do Porto	3.681.849	310.839	3.992.688	210.597	4.203.285
Vila Franca do Campo	4.438.972	156.092	4.595.064	249.592	4.844.656
TOTAL	92.194.165	7.218.784	99.412.949	6.021.301	105.434.250

Fonte: Proposta de Lei do Orçamento do Estado de 2018

FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM - Fundo Social Municipal

FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias

Destaca-se o montante previsto de 7,2 milhões de euros da participação no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º da RFALEI, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º, por a mesma deixar de constituir receita do ORAA.



VI – Dívida Pública Regional

A - Dívida Direta

O stock da dívida pública direta da Região, a 31 de Dezembro de 2016, atingiu os 573 milhões de euros, conforme de seguida se apresenta.

Euros

	Início	Fim	Montante	Capital em dívida	Tx juro
Dexia Sabadell	21-ago-15	21-ago-25	147.500.000,00	147.500.000,00	Tx.Fixa - 1,85%
Governo da República	2-ago-12	16-ago-22	127.313.674,00	84.875.782,66	Tx. fixas - 2,66% e 3,04%
Governo da República	26-dez-12	16-ago-22	7.686.326,00	5.124.217,34	Tx. fixa - 2,26%
BIC	29-nov-13	29-nov-18	41.430.000,00	29.001.000,00	EURIBOR + 3,25% a)
Caixa Geral de Depósitos	30-mai-14	30-mai-17	19.000.000,00	19.000.000,00	Tx. fixa - 3,125%
Sindicato BPI/CGD	2-out-14	2-out-19	30.000.000,00	30.000.000,00	EURIBOR + 2,125% a)
Caixa Geral de Depósitos	15-jun-15	15-jun-20	19.000.000,00	19.000.000,00	EURIBOR + 2% a)
Sindicato CGD,BPI e Millennium - Obrigações	16-nov-15	17-nov-25	50.000.000,00	50.000.000,00	EURIBOR + 2,4% a)
CCAMA & CCCAM	22-mar-16	30-mar-23	40.000.000,00	40.000.000,00	EURIBOR + 1,75% b)
Banco Santander Totta, SA	16-jun-16	16-jun-23	43.500.000,00	43.500.000,00	EURIBOR + 2% b)
Sindicato CGD,BPI e Millennium	8-ago-16	8-ago-23	105.000.000,00	105.000.000,00	EURIBOR + 2,2% a)
TOTAL			630.430.000,00	573.001.000,00	

Os juros da dívida pública apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, uma execução orçamental de 14,7 milhões de euros.

A evolução dos juros, amortizações e outros encargos correntes da dívida pública, no período de 2012 a 2016, é a que abaixo se explicita.

Juros dívida direta 2012/2016

Milhares de euros

ANOS	JUROS	AMORTIZAÇÕES	OUTROS ENCARGOS	TOTAL
2012	15.013	127.314	278	142.605
2013	14.609	79.980	526	95.115
2014	15.527	19.143	125	34.795
2015	13.813	19.143	273	33.229
2016	13.804	138.943	866	153.613

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, determinou no n.º 1 do artigo 58.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, o valor dos empréstimos



destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida regional de projetos com a comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de fundos de apoio aos investimentos inscritos no Orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto - Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto - Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, os quais não são considerados para efeitos da dívida total da região autónoma nos termos do artigo 40.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, e desde que a referida dívida total não ultrapasse 50 % do PIB da região do ano n -1.

Nos termos do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017, está prevista a possibilidade do Governo Regional contrair empréstimos até ao montante de 78.393.000,00 euros para operações de refinanciamento e de 60.000.000,00 euros para novos investimentos com comparticipação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

A Resolução de Conselho e Governo n.º 37/2017, de 8 de Maio aprovou a contratação, pela Região Autónoma dos Açores, de um empréstimo no montante de 138.000.000,00 euros. Na sequência da mesma, a Região Autónoma dos Açores contratou até à presente data, as seguintes operações:

- 30,0 milhões de euros, junto do Novo Banco, S.A.;
- 63,0 milhões de euros, com o Santander Totta, S.A. e
- 35,0 milhões de euros, junto do Banco BPI, S.A.

Até à presente data o Governo Regional apenas utilizou 128,0 milhões de euros de operações para gestão da sua dívida direta.

O Governo Regional, no contexto destas operações de financiamento, optou por um regime maioritariamente amortizável, o qual possibilita por um lado, uma maior diluição dos valores anuais associados à anualização da dívida e por outro, uma repartição no tempo dos encargos associados às amortizações, não concentrando em demasia num determinado ano.

No decorrer do corrente ano a Região procedeu, ainda, a uma reestruturação do empréstimo que detinha junto do Déxia Credit Local, na sequência de uma proposta apresentada pela própria instituição bancária, efetuada no âmbito do disposto na alínea d) do



artigo 21.º do Decreto legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril – Diploma que aprova o Orçamento da RAA para 2017.

A referida reestruturação foi vantajosa para a Região, pois permitiu efetuar um reescalamento das amortizações, diluindo-as de uma forma mais equitativa pela maturidade, atenuando também o valor a amortizar no corrente ano, sem qualquer alteração ao nível dos encargos.

B – Avals

No final de 2016, a responsabilidade da Região com avals, atingiu os 877,4 milhões de euros, repartidos da forma que de seguida se explicita.



Responsabilidades com avales a 31 de dezembro de 2016

(Euros)				
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	2.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	8.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	12.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	2.442.857,19
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	2.250.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	879.237,31
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	14.396.303,72
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	612.244,88
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	11.300.000,00	7.050.000,00
4/12	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	30.500.000,00	27.890.446,20
1/13	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	LOTAÇOR, S.A.	1.500.000,00	986.058,75
2/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, SA	22.000.000,00	15.000.000,00
3/13	Banco Português de Gestão	SINAGA, S.A.	1.650.000,00	1.650.000,00
5/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SAUDAÇOR, S.A.	20.400.000,00	16.862.351,23
6/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	5.400.000,00	4.760.820,14
7/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	34.000.000,00	31.134.423,64
1/14	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, S.A.	4.945.000,00	4.614.168,59
3/14	B.E.I.	E.D.A., S.A.	50.000.000,00	30.000.000,00
4/14	Banco Bic Português, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	12.100.000,00	8.470.000,00
7/14	Banco Espírito Santo os Açores, S.A.	Ilhas de Valor	4.200.000,00	3.800.000,00
9/14	Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	SPRHI, SA	2.500.000,00	2.086.125,37
10/14	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	LOTAÇOR, S.A.	2.000.000,00	2.000.000,00
11/14	Banco Santander Totta, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	5.000.000,00	3.203.165,24
12/14	Banco Português de Gestão, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	4.000.000,00	2.500.000,00
15/14	Banco Espírito Santo os Açores, S.A.	AZORINA, S.A.	1.600.000,00	1.445.281,67
16/14	Caixa económica da Misericórdia de AH	SINAGA, S.A.	4.500.000,00	4.281.433,55
17/14	Dexia Sabadell, S.A.	PA, S.A.	2.750.000,02	1.375.000,00
18/14	Banco Finantia, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	100.000.000,00	100.000.000,00
19/14	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	SPRHI, S.A.	1.777.134,00	1.501.542,88
20/14	Banco Espírito Santo, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
21/14	Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	4.000.000,00	4.000.000,00
22/14	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	SPRHI, SA	608.620,80	533.376,50
23/14	Millennium BCP	PA, S.A.	10.000.000,00	8.655.462,16
1/15	Banco Finantia, S.A.	SPRHI, S.A.	20.000.000,00	20.000.000,00
2/15	Novo Banco dos Açores, S.A.	SINAGA, S.A.	1.755.000,00	1.755.000,00
3/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SINAGA, S.A.	6.941.000,00	6.941.000,00
4/15	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	Ilhas de Valor	4.000.000,00	4.000.000,00
5/15	Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	10.000.000,00	10.000.000,00
6/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SAUDAÇOR, S.A.	20.000.000,00	20.000.000,00
7/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	HDES, PD - EPE	10.661.709,79	9.684.230,12
8/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	HH-EPE	4.850.597,69	4.407.275,14
9/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	HSEAH - EPE	7.492.012,28	6.794.909,02
10/15	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	LOTAÇOR, S.A.	3.500.000,00	3.040.113,92
11/15	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	AZORINA, S.A.	800.000,00	759.097,14
12/15	Banco Comercial Português, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	50.000.000,00	50.000.000,00
13/15	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	PA, SA	4.900.000,00	4.900.000,00
1/16	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	34.924.467,18	33.518.902,93
2/16	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	4.845.000,00	4.845.000,00
3/16	Novo Banco dos Açores, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	3.250.000,00	3.250.000,00
4/16	Novo Banco dos Açores, S.A.	SPRHI, SA	5.000.000,00	5.000.000,00
5/16	Caixa económica da Misericórdia de AH	SAUDAÇOR, S.A.	5.000.000,00	5.000.000,00
6/16	Caixa económica da Misericórdia de AH	LOTAÇOR, S.A.	1.750.000,00	1.676.901,95
7/16	Santander Totta, S.A.	PA, S.A.	12.500.000,00	12.500.000,00
8/16	Banco BIC Paratuguês, S.A.	PA, S.A.	6.050.000,00	6.050.000,00
9/16	Novo Banco, S.A.	HDES, EPE	34.200.000,00	32.555.555,56
10/16	Banco Comercial Português, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	75.000.000,00	75.000.000,00
11/16	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores, C.R.L.	AZORINA, S.A.	725.000,00	725.000,00
12/16	Banco Finantia, S.A.	SPRHI, SA	20.000.000,00	20.000.000,00
13/16	Santander Totta, S.A.	SPRHI, SA	25.000.000,00	25.000.000,00
14/16	Novo Banco dos Açores, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	1.600.000,00	1.600.000,00
15/16	Santander Totta, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	6.000.000,00
TOTAL			1.029.375.541,76	877.383.284,80



Para o ano de 2017 foi definido um *plafond* de avales de 150,0 milhões de euros em termos de fluxos líquidos anuais, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017-A, de 13 de abril – ORAA , ao abrigo do qual já foram concedidos 100,0 milhões de euros, o equivalente a 66,7% do referido *plafond*.

O *plafond* de avales proposto para o ano de 2018, é de 130 milhões de euros, em termos de fluxos líquidos anuais.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Setor Público Empresarial Regional (SPER) é constituído pelo conjunto das unidades produtivas da Região, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas pela Região Autónoma dos Açores.

O SPER integra atualmente um conjunto de empresas que incorporam dinâmicas importantes nas suas áreas de atividade e abrangem diversos setores de atividade, como Energia, Turismo, Pescas, Ambiente e Transportes, constituindo um importante instrumento de política económica e social.

O SPER é responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais, pela prestação de serviços públicos essenciais, e por um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos setores e domínios.

A importância do Setor Público Empresarial Regional não se resume à sua atividade. Desempenha um papel fulcral no desenvolvimento económico regional através da criação de emprego, do desenvolvimento rural e da coesão social e territorial, do contributo para o Produto Interno Bruto da Região, para a Formação Bruta de Capital Fixo, para as exportações e para os Proveitos.

Numa região ultraperiférica como a Região Autónoma dos Açores, o SPER, em alguns casos, substitui-se à iniciativa privada devido à fraca atratividade e dimensão que o mercado apresenta. Contudo, essa substituição é fundamental para garantir o desenvolvimento local, o desenvolvimento regional harmonioso e o bem-estar social e económico da população.

Atualmente, o universo das empresas participadas pela Região, direta e indiretamente, é constituído por 40 empresas. Em termos de participação direta a RAA participa diretamente em 16 empresas, 11 das quais com capital exclusivamente público, 4 com participação maioritária e 1 com participação minoritária

Das dezasseis empresas em que a Região participava diretamente, detém a totalidade do capital em onze:



- Soudaço – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.;
- Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.;
- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Sata SGPS, S.A.;
- Portos dos Açores, S.A.;
- Lotaço – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- SPRHI – Sociedade de Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.;
- Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário, S.A.;
- SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.

Tem participação direta maioritária em quatro empresas:

- Ilhas de Valor, S.A.;
- EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.;
- Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.

Para além das participações diretas, a Região detém um conjunto de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos empresariais:

- Grupo Eda (Eda, Globaleda, Eda Renováveis, Segma, Norma, GSU Açores, Oniaçores, Controlauto e NOS Açores Comunicações);
- Grupo Sata (Sata Air Açores, Sata Internacional, Sata Aeródromos, Sata Express, Azores Express, Sata SGPS e VERDEGOLF e Ilhas de Valor).
- Grupo Portos dos Açores (Portos dos Açores, Atlanticoline, Naval Canal, OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI e Ilhas de Valor).
- Grupo Lotaço (Lotaço, Espada Pescas, Santa Catarina e Companhia);
- Grupo Ilhas de Valor (Ilhas de Valor, Sinaga, Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo e Melo Abreu).

O Grupo EDA tem a participação direta ou indireta no capital social de 8 empresas, sendo que em 3 corresponde a participações em empresas privadas, o grupo SATA participa em 7 empresas e o Grupo Portos dos Açores em seis. O Grupo LOTAÇO e o Grupo Ilhas de Valor detêm participação em 3 empresas.



No âmbito da política de reestruturação do Setor Público Empresarial que Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver, já foram alienadas, extintas e/ou fusionadas 21 empresas, número que ainda deverá aumentar.

Para além das participações em entidades societárias, a Região também participa diretamente no capital social de sete entidades não societárias:

- ATA – Associação de Turismo dos Açores;
- ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores;
- INOVA – Instituto para a Inovação Tecnológica dos Açores;
- Observatório Turismo dos Açores;
- Associação Portas do Mar;
- AAFTH – Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;
- ASSOCIAÇÃO NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de S.Miguel.

E indiretamente em duas entidades não societárias:

- FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro;
- AGESPI - Associação para a Gestão Parque Industrial Ilha Terceira.

Os quadros seguintes apresentam as participações detidas direta e indiretamente pela Região, em percentagem do capital, considerando as participações indiretas de 2º grau.



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL - 2016

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER													PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO	
		RAA	SATA SGPS, S.A.	SATA AIR AÇORES, S.A.	EDA, S.A.	EDA RENOV. S.A.	SEGMA, LDA.	NORMA, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	SANTA CATARINA, LDA.	ATLANTI COLINE, S.A.	P.A., S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.	SINAGA			RAA
Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores	100,00%															0,00%	100,00%
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E	100,00%															0,00%	100,00%
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E	100,00%															0,00%	100,00%
Hospital da Horta, E.P.E	100,00%															0,00%	100,00%
Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.		100,00%														100,00%	100,00%
Sata Internacional - Azores Airlines, S.A.			100,00%													100,00%	100,00%
Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.			100,00%													100,00%	100,00%
SATA EXPRESS INC. CAN			100,00%													100,00%	100,00%
AZORES EXPRESS INC. USA			100,00%													100,00%	100,00%
VERDGOLF, S.A.			0,75%													0,75%	0,75%
Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.												100,00%				100,00%	100,00%
Atlânticoline, S.A.	16,03%											83,97%				83,97%	100,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda												20,00%				20,00%	20,00%
OPERTERCERA - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda												20,00%				20,00%	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, LDª.												20,00%				20,00%	20,00%
Portos dos Açores, S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
Espada Pescas, Unipessoal Lda.								100,00%								100,00%	100,00%
Santa Catarina - Indústria Conserveira Lda.								100,00%								100,00%	100,00%
Companha - Sociedade Pesqueira Lda.									94,00%							94,00%	94,00%
Ilhas de Valor, S.A.	99,44%		0,28%								0,28%					0,56%	100,00%
Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.												100,00%				100,00%	100,00%
Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.												60,87%				60,87%	60,87%
Electricidade dos Açores (EDA), S.A.	50,10%															0,00%	50,10%
Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.				74,90%												37,52%	37,52%
EDA Renováveis				99,68%		0,32%										50,10%	50,10%
Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.				90,00%	10,00%											50,10%	50,10%
Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.				62,63%												31,38%	31,38%
Oniaçores - Infocomunicações, S.A.				40,00%	0,001%	0,001%										20,04%	20,04%
Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.								60,00%								18,83%	18,83%
NOS Açores Comunicações, S.A.				6,18%												3,10%	3,10%
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRH), S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.	99,81%															0,00%	99,81%
Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.	51,00%															0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%															0,00%	100,00%
SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.	100,00%															0,00%	100,00%
GSU Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal, Lda.								100,00%								31,38%	31,38%
Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda.														15,00%		15,00%	15,00%

PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - ASSOCIAÇÕES 2016

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES DO SPER							PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO	
		RAA	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A.	EDA RENOV.	PA, S.A.	INOVA	AAFTH			ATA
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES (ATA)	18,09%	14,47%								14,47%	32,56%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00%		2,00%			70,00%				45,91%	67,91%
INOVA - INST. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59%		0,77%							0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO DO TURISMO DOS AÇORES	55,56%								22,22%	4,02%	59,57%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%					28,57%		7,14%	7,14%	32,55%	61,12%
AAFTH - ASS. AÇORIANA FORM. TURÍSTICA E HOTELEIRA	50,00%	25,00%								25,00%	75,00%
FEJC- FUNDAÇÃO ENGº JOSÉ CORDEIRO			33,68%	25,91%						29,85%	29,85%
AGESPI - ASS. GESTÃO PARQUE INDUSTRIAL ILHA TERCEIRA						25,00%				25,00%	25,00%
ASSOCIAÇÃO NONAGON - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE S. MIGUEL	70,00%									0,00%	70,00%



Entidades Públicas Reclassificadas

As entidades públicas regionais reclassificadas (EPR), que atualmente integram o Setor das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas 2010, são as a seguir discriminadas:

- Soudaador - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.;
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.;
- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Atlânticoline, S.A.;
- Ilhas de Valor, S.A.;
- Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.;
- GSU Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal, Lda.;
- Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S.A.;
- Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- IROA, S.A.;
- SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.;
- Associação de Turismo dos Açores.

Dívida das Entidades Públicas Reclassificadas

No que concerne à Dívida Financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, o montante total em 2016 ascendia a 975M€¹, repartido conforme abaixo apresentado:

¹ O critério de classificação da dívida financeira das entidades públicas reclassificadas é o do SEC 2010, conforme a 2ª Notificação de 2017 do Procedimento dos Défices Excessivo do INE, de 22 de setembro de 2017.



un:€

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	Montante Inicial	Amortizações	Dívida Financeira a 31/12/2016 ¹
SAUDAÇOR	637 281 325	24 464 162	612 817 163
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	113 463 825	19 214 796	94 249 029
HOSPITAL DO SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	54 157 451	8 557 159	45 600 292
HOSPITAL DA HORTA	24 332 473	9 704 889	14 627 584
ATLÂNTICOLINE	9 603 001	3 372 975	6 230 026
ILHAS DE VALOR	9 400 000	859 000	8 541 000
SPRHI	206 972 385	37 141 350	169 831 035
AZORINA	10 625 000	4 543 574	6 081 426
TEATRO MICAELENSE	2 582 017	1 802 881	779 136
IROA	6 445 000	430 832	6 014 168
SDEA	750 000	500	749 500
ATA	10 116 880	622 033	9 494 847
Total	1 085 729 357	110 714 152	975 015 205

A Dívida Financeira de cada entidade pública reclassificada, nomeadamente no que respeita às condições dos empréstimos, valores em dívida e instituições de crédito, apresenta-se do seguinte modo:

- Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
SAUDAÇOR	CSFB	25/08/2005	25/08/2020	80 000 000	0	80 000 000	EUR 12M	-0,078%
	SANTANDER TOTTA	26/06/2014	26/06/2019	5 000 000	1 796 835	3 203 165	EUR 3M	3,500%
	CCAM	25/05/2012	25/05/2017	6 000 000	5 387 755	612 245	EUR 6M	3,250%
	MONTEPIO	26/05/2015	26/05/2021	10 000 000	0	10 000 000	EUR 6M	3,500%
	SANTANDER TOTTA	20/08/2012	20/08/2022	20 400 000	3 537 649	16 862 351	EUR 6M	4,000%
	SANTANDER TOTTA	05/06/2015	05/06/2020	20 000 000	0	20 000 000	EUR 6M	2,850%
	CGD	04/09/2013	04/06/2032	5 307 923	547 103	4 760 820	EUR 6M	3,500%
	BANCO BIC	06/11/2013	06/11/2018	12 100 000	3 630 000	8 470 000	EUR 6M	3,000%
	NOVO BANCO AÇORES	21/08/2014	21/08/2019	40 000 000	0	40 000 000	EUR 6M	4,250%
	BPG	26/06/2014	26/06/2019	4 000 000	1 500 000	2 500 000	EUR 6M	3,900%
	FINANTIA	03/07/2014	03/07/2017	100 000 000	0	100 000 000	EUR 6M	3,000%
	CEMAH	05/05/2016	05/08/2023	5 000 000	0	5 000 000	EUR 12M	2,500%
	CEMAH	05/05/2016	05/05/2018	3 200 000	769 273	2 430 727	-	5,000%
	CGD	30/06/2015	30/06/2032	76 500 000	3 078 826	73 421 174	EUR 6M	3,500%
	CGD	31/05/2015	31/05/2032	104 773 402	4 216 720	100 556 681	EUR 6M	4,000%
	BCP Millenium	15/07/2015	15/07/2020	50 000 000	0	50 000 000	EUR 6M	3,000%
	BCP Millenium	29/06/2016	29/06/2021	75 000 000	0	75 000 000	EUR 6M	3,000%
	SANTANDER TOTTA	29/12/2016	29/12/2023	6 000 000	0	6 000 000	Eur 12M com floor zero	2,750%
NOVO BANCO AÇORES	17/12/2015	renovável	6 500 000	0	6 500 000	EUR 12M	3,750%	
SANTANDER TOTTA	28/12/2016	28/03/2017	7 500 000	0	7 500 000	Taxa fixa - 3,50%	-	
Total SAUDAÇOR				637 281 325	24 464 162	612 817 163		



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

○ Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
HDES	SANTANDER TOTTA	20/08/2012	20/12/2024	11 100 000	1 415 786	9 684 214	EUR 1M	3,946%
	SANTANDER TOTTA	09/06/2010	09/06/2022	18 905 124	3 259 505	15 645 619	EUR 3M	4,946%
	NOVO BANCO	30/09/2016	30/09/2024	37 738 167	5 182 611	32 555 556	EUR 1M	3,418%
	BPI	30/01/2012	30/07/2026	15 720 534	3 875 925	11 844 610	EUR 6M	5,446%
	NOVO BANCO AÇORES	15/10/2015	15/10/2020	3 000 000	435 224	2 564 776	EUR 12M	4,049%
	NOVO BANCO	15/10/2015	15/10/2025	9 500 000	950 000	8 550 000	EUR 12M	4,049%
	BCP Millenium	31/03/2015	31/01/2019	17 500 000	4 095 746	13 404 254	EUR 1M	7,446%
		Total HDES		113 463 825	19 214 796	94 249 029		

○ Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
HSEIT	SANTANDER TOTTA	09/06/2010	09/06/2022	1 909 888	416 452	1 493 436	EUR 6M	5,000%
	SANTANDER TOTTA	20/08/2012	20/08/2024	7 800 000	1 006 000	6 794 000	EUR 6M	4,000%
	Millenium Bcp	30/12/2013	30/12/2018	4 823 792	1 231 606	3 592 185	EUR 6M	7,500%
	NOVO BANCO	16/12/2015	16/12/2025	11 850 000	1 185 000	10 665 000	EUR 12M	4,000%
	NOVO BANCO	01/05/2010	01/05/2020	19 699 104	2 727 278	16 971 827	Eur 3M	6,000%
	BPI	01/01/2012	30/07/2021	8 074 667	1 990 823	6 083 844	EUR 6M	5,500%
		Total HSEIT		54 157 451	8 557 159	45 600 292		

○ Hospital da Horta, E.P.E.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
HH	SANTANDER TOTTA	20/08/2012	20/08/2024	5 050 000	717 118	4 332 882	EUR 6M	5,00%
	SANTANDER TOTTA	11/06/2010	11/06/2022	5 082 473	803 111	4 279 362	EUR 3M	6,00%
	BCP Millenium	30/12/2013	30/12/2018	10 200 000	7 604 255	2 595 745	EUR 3M	7,50%
	NOVO BANCO	27/10/2015	27/10/2020	4 000 000	580 406	3 419 594	EUR 12M	4,00%
		Total HH		24 332 473	9 704 889	14 627 584		

○ Atlânticoline, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
ATLÂNTICOLINE	SANTANDER TOTTA	02/04/2012	31/03/2022	103 001	65 484	37 517	**	
	MONTEPIO	22/03/2011	21/03/2021	4 500 000	820 491	3 679 509	EUR 3M	3,50%
	BCP - CC	12/02/2010	renovável	1 500 000	25 000	1 475 000	EUR 6M	2,95%
	SANTANDER TOTTA - CC	24/11/2009	renovável	2 000 000	1 520 000	480 000	EUR 12M	3,50%
	MONTEPIO	29/02/2012	renovável	1 500 000	942 000	558 000	EUR 3M	3,50%
		Total ATLÂNTICOLINE		9 603 001	3 372 975	6 230 026		

○ Ilhas de Valor, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
IVALOR	NOVO BANCO	30/04/2014	30/04/2018	4 200 000	400 000	3 800 000	EUR 1M	4,25%
	CEMAH	20/05/2015	20/05/2019	4 000 000	0	4 000 000	EUR 6M	1,63%
	NOVO BANCO	12/04/2013	30/04/2017	500 000	459 000	41 000	EUR 6M	6,50%
	CEMAH	06/10/2016	06/07/2017	700 000	0	700 000	8,250% prime rate	5,25%
		Total IVALOR		9 400 000	859 000	8 541 000		



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

- o Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
SPRHI	CREDIT SUISSE	25/08/2005	25/08/2020	30 000 000	0	30 000 000	Euribor 360/12m	-0,08%
	CGD	13/08/2007	13/08/2019	26 000 000	0	26 000 000	Euribor 360/6m	0,04%
	DEXIA	19/06/2008	19/06/2018	11 400 000	8 957 143	2 442 857	Eur 6M	0,20%
	DEXIA	25/06/2009	25/06/2019	9 000 000	6 750 000	2 250 000	Eur 3M	1,91%
	Millenium Bcp	01/09/2009	01/09/2024	11 000 000	3 250 000	7 750 000	Eur 3M	2,25%
	SANTANDER TOTTA	08/07/2010	08/07/2017	4 500 000	3 620 763	879 237	Eur 3M	6,00%
	SANTANDER TOTTA	03/11/2011	03/07/2020	22 000 000	7 000 000	15 000 000	EUR 1M	6,00%
	Millenium Bcp	28/03/2013	01/10/2018	17 000 000	6 862 500	10 137 500	Eur 3M	4,85%
	MONTEPIO	18/03/2014	18/03/2024	2 500 000	413 875	2 086 125	Eur 3M	4,25%
	IHRU	02/10/2014	15/12/2028	1 713 368	211 825	1 501 543	Eur 3M	2,45%
	IHRU	03/10/2014	15/12/2028	608 621	75 244	533 377	Eur 3M	2,45%
	FINANTIA	27/04/2015	27/04/2019	20 000 000	0	20 000 000	Taxa fixa 3%	0,00%
	NOVO BANCO	11/04/2016	11/04/2017	5 000 000	0	5 000 000	EUR 12M	2,25%
	SANTANDER TOTTA	19/09/2016	19/09/2019	25 000 000	0	25 000 000	EUR 12M	3,00%
	FINANTIA	19/09/2016	19/09/2019	20 000 000	0	20 000 000	EUR 6M	3,50%
CEMAH	19/10/2016	19/04/2017	600 396	0	600 396	Taxa fixa 4,75%		
NOVO BANCO	20/12/2016	20/06/2017	650 000	0	650 000	Taxa fixa 3,5%		
Total SPRHI				206 972 385	37 141 350	169 831 035		

- o Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
Azorina	CEMAH	25/06/2015	25/06/2025	800 000	40 903	759 097	Eur 6M	2,00%
	SANTANDER TOTTA	23/10/2007	23/10/2022	7 500 000	4 308 351	3 191 649	Eur 6M	0,09%
	NOVO BANCO AÇORES	26/06/2014	26/06/2024	1 600 000	194 320	1 405 680	Eur 3M	3,25%
	CCAMA	25/08/2016	25/08/2026	725 000	0	725 000	Eur 6M	2,25%
Total Azorina				10 625 000	4 543 574	6 081 426		

- o Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
TM	Instituto de Turismo de Portugal	29/12/2014	31/05/2016	1 875 000	1 687 500	187 500		
	MONTEPIO	17/07/2014	17/06/2021	187 500	59 877	127 623	Eur 3M	5,00%
	Millenium Bcp	15/12/2013	15/12/2019	17 017	8 617	8 400	Eur 6M	6,00%
	Millenium Bcp	09/06/2015	09/05/2022	215 000	42 478	172 522	Eur 6M	3,35%
	Millenium Bcp	08/06/2016	08/05/2023	187 500	0	187 500	Eur 3M	2,95%
	Millenium Bcp - CC	08/03/2016	renovável	100 000	4 410	95 590	Eur 6M	3,25%
Total TM				2 582 017	1 802 881	779 136		

- o IROA, S.A.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
IROA	CCAMA	27/02/2014	27/02/2024	4 945 000	330 832	4 614 168	EUR 6M	4,25%
	CCAMA	26/09/2011	renovável	1 500 000	100 000	1 400 000	EUR 6M	5,75%
Total IROA				6 445 000	430 832	6 014 168		

- o SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
SDEA	NOVO BANCO AÇORES	04/12/2015	renovável	750 000	500	749 500	EUR 6M	3,75%
Total SDEA				750 000	500	749 500		



o Associação de Turismo dos Açores.

Empresa	Instituição de Crédito	Início	Fim	Montante Inicial	Amortizações	Capital em Dívida a 31/12/2016 ¹	Index	Spread
ATA	CEMAH	31/08/2016	28/02/2017	3 916 880	0	3 916 880	EUR 12M	5,00%
	SANTANDER TOTTA	18/03/2014	21/03/2017	4 500 000	55 500	4 444 500	EUR 12M	7,50%
	SANTANDER TOTTA	31/05/2005	21/03/2017	200 000	0	200 000	EUR 12M	6,50%
	CEMAH	28/04/2016	28/04/2017	1 500 000	566 533	933 467	EUR 12M	5,00%
		Total ATA		10 116 880	622 033	9 494 847		



Anexo I – Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL	324.037.268,0 €
D.01.01.00	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	258.359.606,0 €
D.01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃOS AUTÁRQUICOS	665.623,0 €
D.01.01.02	ORGÃOS SOCIAIS	
D.01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	174.895.495,0 €
D.01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO	752.975,0 €
D.01.01.05	PESSOAL ALÉM DOS QUADROS	
D.01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	19.903.845,0 €
D.01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	1.599.106,0 €
D.01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	180.058,0 €
D.01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	2.644.131,0 €
D.01.01.10	GRATIFICAÇÕES	3.063.809,0 €
D.01.01.11	REPRESENTAÇÃO	1.462.748,0 €
D.01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	
D.01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	11.159.613,0 €
D.01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	32.254.773,0 €
D.01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE	9.777.430,0 €
D.01.02.00	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	5.008.037,0 €
D.01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	
D.01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	440.327,0 €
D.01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.100,0 €
D.01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	465.188,0 €
D.01.02.05	ABONO PARA FALHAS	83.791,0 €
D.01.02.06	FORMAÇÃO	1.900,0 €
D.01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	
D.01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO	7.135,0 €
D.01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO	9.600,0 €
D.01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOTURNO	3.391,0 €
D.01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO	44.440,0 €
D.01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	58.037,0 €
D.01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	21.200,0 €
D.01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	3.871.928,0 €
D.01.03.00	SEGURANÇA SOCIAL	60.669.625,0 €
D.01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	1.820,0 €
D.01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM SAÚDE	2.400.000,0 €
D.01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	667.549,0 €
D.01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	47.712,0 €
D.01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANCA SOCIAL	56.307.161,0 €
D.01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	111.864,0 €
D.01.03.07	PENSÕES DE RESERVA	
D.01.03.08	OUTRAS PENSÕES	82.538,0 €
D.01.03.09	SEGUROS	5.555,0 €
D.01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANCA SOCIAL	1.045.426,0 €
D.02.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	14.457.168,0 €
D.02.01.00	AQUISIÇÃO DE BENS	2.068.688,0 €
D.02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS	57.645,0 €
D.02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	299.248,0 €
D.02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	
D.02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	345.475,0 €
D.02.01.05	ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	
D.02.01.06	ALIMENTAÇÃO-GÉNEROS P/ CONFECCIONAR	
D.02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	50.424,0 €
D.02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	724.563,0 €
D.02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3.177,0 €
D.02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	1.374,0 €
D.02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	10.924,0 €
D.02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS	9.844,0 €
D.02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	9.867,0 €
D.02.01.14	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	58.769,0 €
D.02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	46.218,0 €
D.02.01.16	MERCADORIAS PARA A VENDA	
D.02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	17.135,0 €
D.02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	12.174,0 €
D.02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	17.055,0 €
D.02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	96.486,0 €
D.02.01.21	OUTROS BENS	308.310,0 €
D.02.02.00	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	12.388.480,0 €
D.02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	3.669.634,0 €
D.02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	1.270.295,0 €
D.02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	412.430,0 €
D.02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	697.543,0 €
D.02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	5.226,0 €
D.02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	
D.02.02.07	LOCAÇÃO DE BENS DE DEFESA	
D.02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	111.037,0 €
D.02.02.09	COMUNICAÇÕES	2.748.096,0 €
D.02.02.10	TRANSPORTES	79.184,0 €
D.02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	132.913,0 €
D.02.02.12	SEGUROS	121.494,0 €
D.02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.201.351,0 €
D.02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	233.958,0 €
D.02.02.15	FORMAÇÃO	9.807,0 €
D.02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	12.905,0 €
D.02.02.17	PUBLICIDADE	21.187,0 €
D.02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	791.744,0 €
D.02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	468.866,0 €
D.02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	155.618,0 €
D.02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES	2.780,0 €
D.02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE	1.658,0 €
D.02.02.23	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	
D.02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	240.754,0 €
D.03.00.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS	14.700.000,0 €
D.03.01.00	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	14.200.000,0 €
D.03.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.03.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	8.940.000,0 €
D.03.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	2.500.000,0 €
D.03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SFA	
D.03.01.07	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	
D.03.01.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.03.01.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.03.01.10	SEGURANÇA SOCIAL	
D.03.01.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.03.01.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL	
D.03.01.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.03.01.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA INSTITUIÇÕES	
D.03.01.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA PAÍSES MEMBROS	2.760.000,0 €
D.03.01.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.03.02.00	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	500.000,0 €
D.03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	500.000,0 €
D.03.03.00	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	0,0 €
D.03.03.01	TERRENOS	
D.03.03.02	HABITAÇÕES	
D.03.03.03	EDIFÍCIOS	
D.03.03.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	
D.03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE	
D.03.03.06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	
D.03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	
D.03.03.08	OUTROS INVESTIMENTOS	
D.03.04.00	JUROS TRIBUTÁRIOS	0,0 €
D.03.04.01	INDEMNIZATÓRIOS	
D.03.04.02	OUTROS	
D.03.05.00	OUTROS JUROS	0,0 €
D.03.05.01	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS NO TESOURO	
D.03.05.02	OUTROS	
D.03.06.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,0 €
D.03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	
D.04.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	330.424.849,0 €
D.04.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300.000.000,0 €
D.04.01.01	PÚBLICAS	300.000.000,0 €
D.04.01.02	PRIVADAS	
D.04.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,0 €
D.04.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.04.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.04.03.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.169.349,0 €
D.04.03.01	ESTADO	
D.04.03.02	ESTADO - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.04.03.03	ESTADO - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.04.03.04	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5.169.349,0 €
D.04.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.04.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.04.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.04.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.04.04.00	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	0,0 €
D.04.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
D.04.04.02	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.04.05.00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	0,0 €
D.04.05.01	CONTINENTE	
D.04.05.02	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
D.04.05.03	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.04.06.00	SEGURANÇA SOCIAL	33.423,0 €
D.04.07.00	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	129.970,0 €
D.04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	129.970,0 €
D.04.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE SOLIDARIEDADE	
D.04.07.03	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.04.08.00	FAMÍLIAS	25.092.107,0 €
D.04.08.01	EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.04.08.02	OUTRAS	25.092.107,0 €
D.04.08.03	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME SOLIDARIEDADE	
D.04.08.04	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.04.08.05	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA - ENCARGOS FAMILIARES	
D.04.08.06	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA - DEFICIÊNCIA	
D.04.08.07	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA - DEPENDÊNCIA	
D.04.08.08	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.04.08.09	SUBSISTEMA PREVIDENCIAL	
D.04.08.10	REGIMES ESPECIAIS	
D.04.08.11	REGIMES COMPLEMENTARES	
D.04.09.00	RESTO DO MUNDO	0,0 €
D.04.09.01	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.04.09.02	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.04.09.03	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.05.00.00	SUBSÍDIOS	0,0 €
D.05.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	0,0 €
D.05.01.01	PÚBLICAS	
D.05.01.02	PÚBLICAS - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.01.03	PRIVADAS	
D.05.01.04	PRIVADAS - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,0 €
D.05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.05.02.02	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.02.03	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.05.02.04	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.03.00	<u>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</u>	0,0 €
D.05.03.01	ESTADO	
D.05.03.02	ESTADO - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.03.03	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.05.03.04	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.04.00	<u>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL</u>	0,0 €
D.05.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
D.05.04.02	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.04.03	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.05.04.04	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.05.00	<u>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</u>	0,0 €
D.05.05.01	CONTINENTE	
D.05.05.02	CONTINENTE - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.05.03	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
D.05.05.04	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.05.05	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.05.05.06	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.06.00	<u>SEGURANÇA SOCIAL</u>	
D.05.07.00	<u>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</u>	0,0 €
D.05.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.05.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.05.07.03	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
D.05.08.00	<u>FAMÍLIAS</u>	0,0 €
D.05.08.01	EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.05.08.02	SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.05.08.03	OUTRAS	
D.06.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.533.650,0 €
D.06.01.00	<u>DOTAÇÃO PROVISIONAL</u>	10.368.000,0 €
D.06.02.00	<u>DIVERSAS</u>	13.165.650,0 €
D.06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	2.000,0 €
D.06.02.02	ATIVOS INCORPÓREOS	
D.06.02.03	OUTRAS	13.163.650,0 €
D.07.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	379.800,0 €
D.07.01.00	<u>INVESTIMENTOS</u>	379.150,0 €
D.07.01.01	TERRENOS	
D.07.01.02	HABITAÇÕES	
D.07.01.03	EDIFÍCIOS	
D.07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	
D.07.01.05	MELHORAMENTOS FUNDIÁRIOS	
D.07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE	
D.07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	149.415,0 €
D.07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	67.470,0 €
D.07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	122.410,0 €
D.07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	11.602,0 €
D.07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10.824,0 €
D.07.01.12	ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR	17.229,0 €
D.07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	200,0 €
D.07.01.14	INVESTIMENTOS MILITARES	
D.07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	
D.07.02.00	<u>LOCAÇÃO FINANCEIRA</u>	650,0 €
D.07.02.01	TERRENOS-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.02	HABITAÇÕES-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.03	EDIFÍCIOS-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.06	MATERIAL DE INFORMÁTICA-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO-LOCAÇÃO FINANCEIRA	650,0 €
D.07.02.08	RECURSOS MILITARES-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.02.09	OUTROS INVESTIMENTOS-LOCAÇÃO FINANCEIRA	
D.07.03.00	<u>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</u>	0,0 €
D.07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	
D.07.03.02	EDIFÍCIOS	
D.07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	
D.07.03.04	INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA MILITAR	
D.07.03.05	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	
D.07.03.06	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	
D.08.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,0 €
D.08.01.00	<u>SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</u>	0,0 €
D.08.01.01	PÚBLICAS	
D.08.01.02	PRIVADAS	
D.08.02.00	<u>SOCIEDADES FINANCEIRAS</u>	0,0 €
D.08.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.08.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.08.03.00	<u>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</u>	0,0 €
D.08.03.01	ESTADO	
D.08.03.02	ESTADO - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE SOLIDARIEDADE	
D.08.03.03	ESTADO - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - AÇÃO SOCIAL	
D.08.03.04	ESTADO - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.03.05	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.08.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.04.00	<u>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL</u>	0,0 €
D.08.04.01	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
D.08.04.02	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.08.05.00	<u>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</u>	0,0 €
D.08.05.01	CONTINENTE	
D.08.05.02	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.08.05.03	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
D.08.06.00	<u>SEGURANÇA SOCIAL</u>	0,0 €
D.08.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	
D.08.06.02	PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.06.03	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.06.04	CAPITALIZAÇÃO PÚBLICA DE ESTABILIZAÇÃO	
D.08.06.05	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	
D.08.07.00	<u>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</u>	0,0 €
D.08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.08.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - AÇÃO SOCIAL	
D.08.07.03	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	
D.08.07.04	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO - FINANCIADOS	
D.08.08.00	<u>FAMÍLIAS</u>	0,0 €
D.08.08.01	EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.08.08.02	OUTRAS	
D.08.09.00	<u>RESTO DO MUNDO</u>	0,0 €
D.08.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.08.09.02	UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.08.09.03	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.00.00	ATIVOS FINANCEIROS	0,0 €
D.09.01.00	<u>DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITO E POUPANÇA</u>	0,0 €
D.09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.01.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.01.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.01.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.01.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.01.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.01.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.01.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.01.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.01.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.01.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.02.00	<u>TÍTULOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.09.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.02.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.02.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.02.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.02.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.02.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.02.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.02.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.02.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.02.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.02.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.02.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.02.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.02.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.02.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.02.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.03.00	<u>TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</u>	0,0 €
D.09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.03.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.03.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.03.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.03.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.03.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.03.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.03.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.03.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.03.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.03.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.03.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.03.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.03.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.03.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.03.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.04.00	<u>DERIVADOS FINANCEIROS</u>	0,0 €
D.09.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.04.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.04.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.04.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.04.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.04.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.04.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.04.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.04.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.04.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.04.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.04.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.04.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.04.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.04.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.04.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.05.00	<u>EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.09.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.05.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.09.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.05.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.05.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.05.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.05.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.05.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.05.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.05.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.05.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.05.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.05.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.05.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.05.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.05.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.06.00	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	0,0 €
D.09.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.06.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.06.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.06.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.06.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.06.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.06.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.06.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.06.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.06.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.06.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.06.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.06.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.07.00	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	0,0 €
D.09.07.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.07.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.07.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.07.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.07.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.07.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.07.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.07.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.07.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.07.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.07.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.07.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.07.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.07.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.07.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.07.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.08.00	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	0,0 €
D.09.08.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.08.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.08.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.08.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.08.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.08.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.08.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.08.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.08.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.08.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.08.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.08.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.08.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.08.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.08.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.09.09.00	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	0,0 €
D.09.09.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.09.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.09.09.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.09.09.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.09.09.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.09.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.09.09.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.09.09.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.09.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.09.09.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.09.09.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.09.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.09.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.09.09.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.09.09.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.09.09.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS	81.258.000,0 €
D.10.01.00	DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITO E POUPANÇA	0,0 €
D.10.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.01.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.10.01.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.01.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.01.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.01.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.01.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.01.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.01.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.01.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.01.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.02.00	<u>TÍTULOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.10.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.02.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.02.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.02.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.02.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.02.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.02.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.02.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.02.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.02.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.02.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.02.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.02.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.02.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.02.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.02.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.03.00	<u>TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</u>	0,0 €
D.10.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.03.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.03.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.03.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.03.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.03.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.03.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.03.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.03.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.03.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.03.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.03.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.03.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.03.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.03.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.03.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.04.00	<u>DERIVADOS FINANCEIROS</u>	0,0 €
D.10.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.04.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.04.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.04.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.04.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.04.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.04.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.04.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.04.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.04.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.04.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.04.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.04.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.04.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.04.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.04.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.05.00	<u>EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.10.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.05.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.05.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.05.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.05.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.05.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.05.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.05.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.05.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.05.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.05.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.05.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.05.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.05.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.05.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.06.00	<u>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</u>	81.258.000,0 €
D.10.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.06.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50.258.000,0 €
D.10.06.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	15.000.000,0 €
D.10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.06.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.06.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.06.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.06.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.06.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.06.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.06.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.10.06.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.06.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	16.000.000,0 €
D.10.06.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.10.07.00	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	0,0 €
D.10.07.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.07.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	
D.10.07.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
D.10.07.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	
D.10.07.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.07.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
D.10.07.07	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	
D.10.07.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.07.09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS	
D.10.07.10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEGURANÇA SOCIAL	
D.10.07.11	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.07.12	FAMÍLIAS - EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.07.13	FAMÍLIAS - OUTRAS	
D.10.07.14	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	
D.10.07.15	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS	
D.10.07.16	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
D.11.00.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	103.900,0 €
D.11.01.00	DOTAÇÃO PROVISIONAL	
D.11.02.00	DIVERSAS	103.900,0 €
D.12.00.00	OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	211.712.400,0 €
D.12.01.00	OPERAÇÕES DE TESOURARIA - ENTREGA DE RECEITAS DO ESTADO	12.000.050,0 €
D.12.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	199.712.350,0 €
D.12.03.00	CONTAS DE ORDEM	
D.12.05.00	RECURSOS PRÓPRIOS DE TERCEIROS	